

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DAS MULHERES NOS CAMPOS DE
REFUGIADOS**

Um Estudo de Caso dos Campos Saharais na Argélia e dos Campos no Quênia

Lorena Wendel

Florianópolis

2019

LORENA WENDEL

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DAS MULHERES NOS CAMPOS DE
REFUGIADOS**

Um Estudo de Caso dos Campos Saharais na Argélia e no Quênia

Monografia do curso de Relações Internacionais
da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito obrigatório para a obtenção do
grau de Bacharelado.

Orientadora: Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Florianópolis

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família e ao constante apoio que recebo de casa. À minha mãe, mulher guerreira que desde pequena me foi um exemplo de independência, carinho e superação. Ao meu pai por me mostrar todos os dias que desistir nunca é uma opção. E à minha irmã, que aos trancos e barrancos, com seus altos e baixos, sempre foi uma companheira com que eu posso contar.

Agradeço também ao curso de Relações Internacionais e todos os seus professores, em especial à professora Patrícia Arienti, que desde a primeira fase me mostrou o que significa ser uma professora, proporcionando todos os espaços para que pudéssemos melhor nos desenvolver; também à professora Clarissa Franzoi Dri, que ao buscar as mais diferentes avaliações nos inspirou a buscar sempre mais; à professora Graciela Pagliari, que apesar do medo de caloura, em Segurança nos desafiou a ir mais longe; ao professor Miguel Borba de Sá, que me ajudou muito na construção desta monografia e que trouxe aulas que conseguiram quebrar os padrões tradicionais universitários; também à professora Laura Lacaze, que sempre fez o melhor de suas aulas.

Não posso deixar de agradecer também por todas as experiências que a universidade me trouxe, pois foi nela que consegui sair da bolha na qual vivi quase toda a vida de mulher branca de classe média, cujos privilégios me deram oportunidades e abriram portas pelas quais sou eternamente grata, mas reconheço que são *privilégios*. Sou grata por poder escrever uma monografia com os assuntos aqui abordados, que tanto me ensinaram, mas tendo a consciência da minha posição e meu local de fala. Me comprometo a buscar sempre estar aberta e em constante autocrítica, para assim conseguir ser uma companheira na luta por uma sociedade mais justa e acolhedora.

Sou muito grata também à Débora, quem me ajudou muito na elaboração da monografia, sem deixar de responder qualquer dúvida. Minha amiga Pâmela, com quem muito aprendo e representa uma fonte de apoio que tenho muito a agradecer. Agradeço também meu companheiro Rodrigo, cujo apoio fez com que todo o processo fosse de alguma forma mais leve.

Por fim, sou eternamente grata à minha orientadora, professora Karine, por ter aceitado me orientar, e por toda a paciência e ensinamentos durante esses meses. A Prof^a foi sempre uma grande inspiração, dentro e fora de sala de aula.

RESUMO

A presente monografia situa-se no campo de migrações forçadas a partir de estudos de gênero e raça no contexto da colonialidade. Em específico, aborda a reprodução da imagem das mulheres nos campos de refugiados saharauis na Argélia e os campos no Quênia. Para isso, tem-se como objetivo geral entender porque as mulheres são caracterizadas pela academia ocidental como passivas, submissas e vulneráveis à violência de gênero e qual o impacto disso para essa pessoa, que é colonizada, racializada e hierarquizada. De forma a cumprir com este objetivo, o método utilizado é o estudo de caso e a monografia divide-se em três capítulos, que correspondem aos três objetivos específicos desta pesquisa. O primeiro aborda o problema da representatividade das pessoas em situação de refúgio e a imagem das mulheres nos campos de refugiados a partir de uma análise interseccional. O segundo apresenta os complexos de campos de refugiados saharauis, na Argélia, e aqueles localizados no Quênia, de forma a entender como se formaram, se organizam, e as relações entre aqueles que o habitam. Por fim, o último capítulo aborda a imagem das mulheres nos campos de refugiados a partir de uma bibliografia principalmente ocidental e escrita por pessoas brancas, que foram as mais acessíveis por meio de ferramentas de busca e citações, além da análise específica nos dois complexos escolhidos. Pretende-se, sobretudo, colaborar com as abordagens que visam reparar uma imagem muitas vezes enviesada sobre o papel das mulheres no Sul global, em particular nos campos de refugiados. Espera-se que este trabalho contribua com a disseminação de pesquisas sobre o tema de forma a quebrar a dominância ocidental sobre este debate no meio acadêmico.

Palavras Chave: Campos de Refugiados. Mulheres. Saharauis. Quênia

ABSTRACT

The present monograph is situated in the field of forced migrations based on the studies of race, gender and colonial relations. In particular, it addresses the reproduction of women's image in the saharauis refugee camps in Algeria and the camps in Kenya. To this end, the general objective of this study is to understand why women are characterized by the western academy as passive, submissive and vulnerable to gender based violence and what is the impact for these people, who are colonized, racialized and hierarchized. In order to fulfill this objective, the method used is the case study and the monograph is divided into three chapters, which correspond to the three specific objectives of this research. The first addresses the problem of the representativeness of refugees and the image of women in refugee camps from an intersectional analysis. The second presents the Saharawi refugee camp complexes in Algeria and those located in Kenya in order to understand how they were formed, organized, and the relationships between those who inhabit it. Finally, the last chapter deals with the image of women in refugee camps from a mainly western bibliography and written by white people, which were the most accessible through search and citations, as well as the specific analysis of the two chosen complexes. Above all, it is intended to collaborate with the approaches aimed at repairing an often biased picture of the role of women in the global South, particularly in refugee camps. This work is expected to contribute to the dissemination of research on the subject in order to break Western dominance over this debate in academia.

Keywords: Refugee Camps. Women. Saharauis. Kenya.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Continente africano com destaque no Quênia

Mapa 02: Campos de Refugiados do Complexo de Dadaab, no Quênia

Mapa 03: Campos de Refugiados do Complexo de Kakuma, no Quênia

Mapa 04: Continente africano com destaque no Sahara Ocidental

Mapa 05: Divisão Territorial do Sahara Ocidental

Mapa 06: Campos de Refugiados Saharauis na Argélia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Distribuição da População Saharaui por Campo de Refugiado

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Atribuição de funções das agências humanitárias em Dadaab

Tabela 02: Autores Selecionados no Primeiro Recorde de Bibliografia para esta Monografia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONG	Organização não Governamental
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ONU	Organização das Nações Unidas
RASD	República Árabe Saharaui Democrática
UESARIO	União da Juventude Saharaui
UNMS	União Nacional de Mulheres Saharauis
OI	Organização Internacional
OUA	Organização da Unidade Africana
POP	People Oriented Planning Process

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1: A Problemática Acerca da Representatividade das Pessoas em Situação de Refúgio	13
1.1: Uma História de Racialização e Colonialidade.....	15
1.2: Interseccionalidade, a Questão de Gênero para as Mulheres Refugiadas.....	29
Capítulo 2: Um Retrato sobre os Campos de Refugiados Saharauis e os campos no Quênia	34
2.1: Os Campos de Refugiados no Quênia.....	36
2.2: Os Campos de Refugiados Saharauis.....	46
Capítulo 3: Uma Projeção Ocidental das Mulheres em Situação de Refúgio	54
3.1: As Refugiadas no Quênia, um Caso ‘Universal’.....	56
3.2: As Refugiadas Refugiadas Saharauis: um Relato da Exceção.....	64
3.3: Análise da Produção da Imagem das Mulheres nos Campos de Refugiados Saharauis na Argélia e os Campos no Quênia.....	71
Considerações Finais	76
Referência Bibliográfica	78
Anexo 01: Tabelas com as estatísticas populacionais oficiais do UNHCR sobre os campos de Dadaab.....	89
Anexo 02: Tabela com as Estatísticas Populacionais Oficiais do UNHCR Sobre os Campos de Kakuma.....	91

INTRODUÇÃO

A presente monografia possui como tema a construção da imagem das mulheres em situação de refúgio nos campos de refugiados, em particular nos campos saharauis na Argélia e no Quênia. A escolha dos dois complexos para uma análise mais aprofundada se baseia principalmente na sua grande divergência. Dentre os campos quenianos encontramos alguns dos maiores do mundo, dessa forma, a bibliografia sobre eles é vasta, e escrevem com bastante ênfase sobre a constante e intensificada violência ali presente, especificamente as agressões com base em gênero. Em contrapartida, o debate ainda é pequeno em relação aos campos saharauis, apesar de apresentarem um modelo organizacional considerado excepcional, visto a autonomia que seus habitantes possuem e o papel de destaque que as mulheres adquiriram.

Com o intuito de melhor trabalhar o tema, esta monografia aborda como a academia retrata a vivência das mulheres nos campos de refugiados a partir de uma análise histórica das relações coloniais entre o Sul Global, em especial África, onde estão localizados os dois países aqui analisados, com o Norte, de onde escrevem a maior parte dos autores reconhecidos por seus estudos acerca do tema migração forçada, e também as organizações que prestam assistência e muitas vezes gerenciam os campos de refugiados. Considera-se também o contexto geral da intensificação da busca por refúgio de pessoas do Sul para o Norte, como uma consequência da herança de hierarquização racial e de gênero, as quais transpassam os limites físicos de forma a constituir um domínio da produção acadêmica.

Foram 54 os materiais inicialmente selecionados para esta pesquisa, os quais incluem relatório de organizações internacionais humanitárias e o ACNUR, assim como uma grande quantidade de artigos científicos, livros e produções acadêmicas em geral, às quais são predominantemente ocidentais. A escolha por esta bibliografia tem como base a maior acessibilidade, ou seja, facilmente encontrados em ferramentas de busca online como o Google Scholar, por referências nos próprios textos que já haviam sido escolhidos, assim como por serem trabalhos amplamente conhecidos. Dentre esta seleção, daqueles que foi possível identificar a etnia, todos/as são brancos/as, e 76% ocidentais, principalmente da Europa, EUA e Canadá. O saldo quanto à representatividade de gênero é positivo, sendo dois terços das autoras mulheres.

A atenção voltada aos campos de refugiados em todo mundo, porém majoritariamente no Sul global, vem se intensificando, principalmente em detrimento dos conflitos armados depreendidos no meio pro final do século XX, a partir da busca por independência desses países de suas metrópoles. Os dois casos aqui estudados, presentes no continente africano, são um reflexo desse processo de descolonização e busca pela construção de uma nação própria.

No Quênia pode-se dividir a entrada de pessoas em situação de refúgio em duas: entre 1970 e 1980 havia uma boa receptividade de migrantes, os quais eram incorporados à sociedade; a partir da década de 1990, no entanto, a situação muda drasticamente com a chegada maciça principalmente de pessoas que fugiam da guerra civil da Somália. Este país, após anos como colônia, conquista sua independência em 1960 e, apesar dos projetos de democratização, sofreu um golpe de Estado e na década de 1980 e o país entra em guerra para depor o ditador, o que leva a mais de 300 mil mortos, 1,5 milhões de refugiados e à uma crise de fome. Quando a situação parecia ter se estabelecido, novos conflitos irrompem em 2006, produzindo uma nova onda de refugiados. Outra parcela considerável de refugiados no Quênia são sudaneses, como consequência da guerra de independência do Sudão do Sul.

Os campos saharais não fogem desse padrão, no entanto, ainda lutam pela sua independência, já conquistada pelos seus vizinhos. Considerado a última colônia africana, o Sahara Ocidental, a partir do momento em que a Espanha renuncia à seu papel de metrópole na década de 1970, entra em conflito com Marrocos e Mauritânia com o intuito de conquistar sua independência. Com a saída espanhola, o território saharai ficou dividido entre Argélia, Mauritânia e Marrocos. O primeiro, desde início manifestou seu apoio à causa saharai, e cederam inclusive uma parcela de seu território para que bases da Polisario¹ pudessem se estabelecer. Tanto Mauritânia quanto Marrocos tomam conta do território, mas a Mauritânia não consegue continuar financiando esse conflito e acaba retirando-se. Este último, no entanto, permanece até hoje com uma parcela do território saharai.

No caso queniano, a responsabilidade de lidar com “o problema dos refugiados” foi repassada ao ACNUR e demais agências, que escolheram por juntar toda a população que buscava refúgio em campos de refugiados, localizados em sua maioria em Kakuma e Dadaab. Essas agências são as responsáveis por toda a organização dos campos, o que inclui

¹ A Frente Polisário constitui um movimento político-revolucionário em prol da autodeterminação do povo saharai, e busca instituir a República Árabe Saharai Democrática.

distribuição de alimentos e recursos básicos, a divisão de famílias nas habitações, e o controle de quem entra e sai, já que a circulação é limitada. De acordo com a bibliografia encontrada, a situação das mulheres nesses campos é envolta por violência, a qual é intensificada no contexto de refúgio, e seu papel retratado como limitado ao cuidado familiar.

Os campos saharauis apresentam-se bastante diferentes, cuja organização interna é protagonizada pelas mulheres. Como colocado anteriormente, a Argélia cedeu parte de seu território para que os saharauis pudessem montar suas bases ali, e permitiram também que essa área fosse usada para abrigar a população que fugia da Marcha Verde. Como os homens partiram para o conflito armado, foram as mulheres as responsáveis pela sobrevivência do povo saharauí em exílio, cuidando das crianças e idosos, assim como construindo a infraestrutura básica para que as pessoas pudessem viver, como escolas e hospitais. O índice de violência é tido como baixíssimo e o papel das mulheres é muito valorizado.

Feita essa contextualização, a monografia aqui apresentada busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: como as mulheres nos campos de refugiadas são retratadas no meio acadêmico e qual o impacto dessa imagem produzida?

Na busca por melhor responder essa pergunta, parte-se da hipótese que existe um certo monopólio da academia ocidental sobre o debate acerca de refúgio o qual produz um retrato de mulheres refugiadas como passivas, subordinadas e constantemente expostas à violência. O argumento aqui apontado é que a representação das mulheres dessa forma perpetua relações coloniais, onde há o branco europeu benévolo que traz a ajuda necessária aos povos dependentes, incapazes de resolver os próprios problemas e ao mesmo tempo bárbaros, pois fazem com que a violência contra as mulheres nos campos seja intensificada, e sendo os mais aptos a falar sobre e por essas pessoas.

Tendo em vista a dualidade existente entre os dois complexos estudados, o objetivo geral desta monografia é entender porque as mulheres são caracterizadas dessa forma e qual o impacto disso para a pessoa que é colonizada, racializada e hierarquizada. O método utilizado foi o estudo de caso de dois complexos de campos de refugiados distintos para que servissem de comparação entre a imagem produzida internacionalmente e reproduzida em um deles em oposição à excepcionalidade do outro. Para elaborar esta pesquisa foram utilizadas fontes secundárias, com relatórios e documentos oficiais, mas majoritariamente o debate a partir de teses, dissertações e artigos científicos. De fonte primária foi feita uma entrevista com uma estudante ativista da causa saharauí que visitou os campos em 2018.

O presente trabalho traz estudos decoloniais e pós-coloniais com o intuito de contextualizar as relações estabelecidas entre as pessoas em situação de refúgio e sua imagem perpetuada no cenário internacional que tende a influenciar as relações de gênero nos campos de refugiados. Tendo isso em vista, faz-se necessário uma abordagem interseccional de gênero, raça e classe e das relações Norte e Sul para que se possa ter uma melhor compreensão do papel das mulheres nos campos.

Esta monografia busca contribuir com a desconstrução de uma dominância literária ocidental que reproduz discursos coloniais os quais diminuem o papel das mulheres na sociedade, em especial nos campos de refugiados, que são o *locus* onde essa relação fica mais evidente. O tema trata-se também de uma situação em evidência no momento e que afeta a vida de milhares de pessoas diariamente.

Com o intuito de atingir o objetivo desta monografia, o trabalho está dividido em 3 capítulos. O primeiro capítulo aborda o problema da representatividade das pessoas em situação de refúgio e a imagem das mulheres nos campos de refugiados a partir de uma análise interseccional. O segundo apresenta os complexos de campos de refugiados saharauis, na Argélia, e aqueles localizados no Quênia, de forma a entender como se formaram, se organizam, e as relações entre aqueles que o habitam. Por fim, o último capítulo aborda a imagem das mulheres nos campos de refugiados a partir de uma bibliografia principalmente ocidental e escrita por pessoas brancas, que foram as mais acessíveis por meio de ferramentas de busca e citações, além da análise específica nos dois complexos escolhidos.

A PROBLEMÁTICA ACERCA DA REPRESENTATIVIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

O presente capítulo tem como objetivo abordar o problema da representatividade das pessoas em situação de refúgio e a imagem das mulheres nos campos de refugiados a partir de uma análise interseccional. O enfoque será na produção acadêmica ocidental sobre essas pessoas, tendo como base uma construção colonial perpetuada até hoje e experienciada pelos refugiados do Sul global, em particular em África. A bibliografia presente no capítulo é composta majoritariamente por trabalhos acadêmicos voltados para os estudos decoloniais e pós-coloniais. Com o intuito de melhor cumprir este objetivo, o capítulo será dividido em dois, sendo a primeira parte um breve histórico das relações coloniais Norte-Sul e sua influência na produção acadêmica sobre as pessoas em situação de refúgio, que incluem um processo de hierarquização e racialização com a elaboração de um “outro”. A segunda se refere às implicações desse processo com gênero.

A categoria de *refugiado* é uma grupo jurídico específico de pessoas descrito como aqueles que perderam a proteção de seu próprio Estado e, portanto, devem confiar na disposição de outras pessoas e instituições, apesar de nem sempre a conseguirem. Surge então um sistema de proteção internacional responsável pela distribuição de recursos materiais e financeiros “a fim de assegurar e garantir os requisitos mínimos de vida e de dignidade” (HARRELL-BOND; VOUTIRA;LEOPOLD, 1992, p. 205; JUBILUT, 2007, p. 43).

A questão do refúgio existe desde o século XV, a começar com a expulsão dos judeus da atual região da Espanha em 1492. No entanto, a proteção institucionalizada das pessoas que buscam abrigo em outro território que não o seu de origem ou de residência atual surge somente no século XX, em resposta à fuga de milhões de pessoas em decorrência da Revolução Russa. Quando as cifras de refugiados passam de milhares para milhões, viu-se a necessidade de criar regras para a proteção dos Direitos Humanos dessas pessoas assim como dos Estados que recebem grandes quantidades de refugiados diariamente (JUBILUT, 2007, p. 23, 24).

Durante a Segunda Guerra Mundial o tema do Direito Internacional dos Direitos Humanos tomou relevância na tentativa de evitar que as perversidades cometidas não se repetissem. Com a criação da ONU, estabeleceram-se regras mínimas de proteção à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. Hoje em dia, as pessoas contam a nível internacional

com um grande sistema de proteção com o Direito Internacional dos Direitos Humanos (ou Direito Internacional de Proteção da Pessoa Humana), o qual se divide em três: o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados (Ibid., p. 31 e 59).

Cerca de 14 milhões de migrantes forçados são categorizados - rotulados - como refugiados, cujo status legal é reconhecido internacionalmente (ZETTLER, 1991, p. 40). A instituição em 1950 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) sob a conjectura da ONU inaugurou uma nova fase na proteção internacional dos refugiados (JUBILUT, 2007, p. 26, 27). A Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, descrevem a pessoa refugiada como:

temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Convenção de 1951).

O ACNUR contribuiu na propagação das discussões acerca da questão do refúgio para a comunidade internacional, de forma a facilitar a inserção de aparatos legais na legislação interna de cada país (JUBILUT, 2007, p. 28). Este órgão, no entanto, faz parte das Nações Unidas, a qual foi “arquitetada pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial – basicamente, um núcleo de antigas potências, em sua maioria europeias, além dos Estados Unidos” (SILVA; BOFF, 2017, p. 59), e está, portanto, sob forte influência da hegemonia ocidental, o que faz da “mais relevante instituição de vocação internacional da história” em um veículo de representação e disseminação dos valores ocidentais (Ibid.).

A posição deste órgão no debate sobre refúgio é essencial, no entanto, o enfoque do trabalho é na categorização e produção no meio acadêmico de uma imagem da pessoa em situação de refúgio em geral, e em específico das mulheres. O processo de rotular significa produzir estereótipos, o que envolve padronização e formulação de categorias, julgamentos e distinções. Consiste em uma ação não participativa, ou seja, o sujeito não participa de sua própria classificação (ZETTLER, 1991, p. 44-5, 59). A representação aqui, distorcida e criada, pode ser interpretada como um modo de silenciar as vozes de sub grupos oprimidos (WERBNER, 1997, p. 228). A prática de categorizar não é nenhuma novidade, e faz parte de um processo colonial de dominação.

Utilizar-se-a de Said para abordar essa categorização e classificação de pessoas, mais especificamente do “outro”. Para isso, será feita uma análise das relações coloniais que instituíram esses sistema e que, até hoje, influenciam os povos que sofreram a colonização. Este processo tem início com a transferência do conflito entre ricos e pobres para o cenário internacional, sendo o fenômeno imperialista uma evolução do capitalismo. Uma necessidade deste sistema pelas transformações dos meios de produção, e os países 'atrasados' são aqueles situados nas áreas neocoloniais (NKRUMAH, 1965).

1.1 UMA HISTÓRIA DE RACIALIZAÇÃO E COLONIALIDADE

Desde o início do século XVIII, houve um tremendo aumento no comércio de escravos e uma economia transatlântica lucrativa que envolveu a maioria dos países ocidentais e o continente africano (MUDIMBE, 1988, p. 23). Desde então, foi estabelecido um processo de “coisificação” da pessoa negra de acordo com os interesses ocidentais, e que continuou com o colonialismo. Esse sistema de dominação em África foi um fenômeno que ocorreu entre 1800-1960 e começou como resultado de mudanças no modo de produção europeu. A revolução industrial deu início a um novo processo de produção no lugar da anterior economia baseada em escravizados. A busca pelo investimento do capital acumulado e a necessidade de matérias-primas levaram à colonização do continente africano (OCHENI; NWANKWO, 2012, p. 46).

No continente encontra-se um mercado pronto para esses produtos, e os colonialistas passaram a assumir o controle direto da economia e administração política africanas, a fim de produzir o tipo de alimento e matéria prima necessários para sua produtividade, assim como para que suas populações assumissem o papel de consumidora dos produtos europeus. Se essa situação não fosse garantida, o desenvolvimento e o progresso da nova industrialização na Europa seriam afetados, pois a maioria das indústrias seriam obrigadas a fechar. Com esse controle, foi possível também restringir os africanos e sua tecnologia aos limites de produzir apenas bens primários ou matérias-primas agrícolas (Ibid., p. 47-8). Os colonizadores questionaram e atacaram o próprio senso de humanidade dos africanos, a fim de colonizar suas mentes e usar sua força de trabalho (NOGUEIRA, 2013, p. 28).

Ao desenvolvimento do capitalismo foi fundamental o que Foucault (1988, p. 132-3) denomina *biopoder*, o qual promove “a inserção controlada dos corpos no aparelho de

produção e [...] um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”, além disso, precisava também da docilidade dos corpos a partir de diversas instituições, como a família, a escola, a polícia... “O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento”.

O relacionamento colonial é de dominação e subordinação entre grupos e é construído principalmente sobre noções de diferença e não é apenas físico, mas também psíquico e cultural. Os colonizados têm menos acesso aos recursos, pois estão subordinados econômica e politicamente; os recursos que eles possuem são tênues, pois seus corpos, que se tornaram mercadorias, são dispensáveis em uma força de trabalho excedente (BUCKMAN, 1995, p. 89).

Nessa relação constitui-se o que Said chama de “outro”, que são todos aqueles vindo do Oriente, o lugar das maiores, mais ricas e antigas colônias da Europa, e foi o Oriente que ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) como sua imagem, idéia, personalidade e experiência contrastantes (SAID, 1991, p. 13). A Europa Moderna coloca-se como produto do Iluminismo, com os ideais de razão, liberdade, igualdade, progresso e Estado de Direito. A modernidade da Europa é, no entanto, condizente com sua expansão colonial e domínio imperial, marcada pela conquista, subjugação e genocídio (MAHMUD, 1999, p. 1219).

O “outro” é produzido e existe em uma relação desigual com vários tipos de poder, moldados em certa medida pela troca com o poder político, o poder intelectual, poder cultural e poder moral (com ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós”). O Orientalismo, na sua parte cultural e ideológica, se mantém nas bases de discursos, instituições de apoio, vocabulários, imagens e símbolos, doutrinas e burocracias (SAID, 1991, p. 14, 24). Memmi (2003, p. 125) afirma que nada disso tem a ver com uma notação objetiva, portanto sujeita a possíveis mudanças, mas de uma instituição. O colonizador estabelece o colonizado como preguiçoso. Ele decide que a preguiça é constitucional na própria natureza dos colonizados. Torna-se óbvio que o colonizado, o que quer que ele empreenda nunca poderia ser outra coisa senão preguiçoso. Segundo o autor, isso sempre leva de volta ao racismo, que é a expressão substantiva, em benefício do acusador, de uma característica real ou imaginária do acusado. O processo de criação de imagens é uma parte vital de como a dominação é construída. O discurso hegemônico deve, portanto, ser interrompido e transformado como parte do processo de descolonização (BUCKMAN, 1995, p. 89).

Os traços atribuídos aos colonizados são incompatíveis entre si, embora isso não incomode seu promotor. Ele é descrito como simplista, sóbrio, sem muitos desejos e, ao mesmo tempo, consome quantidades repugnantes de carne, gordura, álcool, qualquer coisa; como um covarde que tem medo do sofrimento e como um bruto que não é controlado por nenhuma inibição da civilização etc. (MEMMI, 2003, p. 127). A mesma dualidade está presente em relação à pessoa em refúgio, projetados como vítimas, sem perspectiva e incapazes de gerenciar os suprimentos que chegam para eles, e para as mulheres, pouca ou nenhuma distinção é feita, quando aparece no discurso, é usada como um dupla vítima sem agência. Por outro lado, são também violentos e precisam de supervisão, e aumentam as agressões contra as mulheres.

Não se fala sobre o continente africano nem de suas populações, mas justifica-se o processo de inventar e conquistar um continente e nomear sua "primitividade" ou "desordem", bem como os meios subseqüentes de sua exploração e métodos para sua "regeneração" (MUDIMBE, 1988, p. 33). O colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso concedido à maioria das pessoas: liberdade (MEMMI, 2003, p. 129). Assim como em muitos campos de refugiados, como no Quênia, onde as pessoas precisam de permissões para sair dos campos, visando sua proteção e também controle de quem entra e sai dos campos, e possuem poucas ou nenhuma perspectiva de crescimento e trabalho, dependem dos trabalhadores das ONGs para receber sua parcela de alimentação.

Nas colônias, a heterogeneidade apresentada pelos colonizados foi gerenciada de forma a atribuir classificações, em um esquema generalizado de superioridade européia que identificava civilização com raça, onde passa a haver uma hierarquia racial com os europeus no topo, seguidos por asiáticos, africanos e aborígenes, em uma ordem descendente. Faz-se o uso de uma gramática da diferença racial para constituir estereótipos raciais de nativos e facilitar regimes de disciplina e controle legalmente sancionados (MAHMUD, 1999, p. 1219 e 1223). É durante o período colonial que surge a ideologia da supremacia branca. O sentimento de pertencer à espécie humana foi e continua negado a esses povos, “nesse sentido, os modos africanos de ser e de viver eram e ainda são qualificados como selvagens, primitivos e não humanos” (NOGUEIRA, 2013, p. 28).

Fanon (2008, p. 42) descreve a relação da pessoa colonizada e a construção da ideia de que tudo o que foge das características do colonizador lhe traz mau, lhe rouba valor, com

uma estreita ligação com o não ser branco, onde o negro é escravizado por sua inferioridade e a superioridade enraizada no branco.

Começo a sofrer por não ser um homem branco na medida em que o homem branco me impõe discriminação, me faz um nativo colonizado, me rouba todo o valor, toda a individualidade, me diz que sou um parasita no mundo, que devo me colocar o mais rápido possível em sintonia com o mundo branco (FANON, 2008, p. 73, tradução própria), [já que] os negros são selvagens, brutos, analfabetos (Ibid., p. 88).

O colonialismo não era apenas parte integrante do capitalismo, mas coexistia com racismo, dominação cultural e auto-engrandecimento europeu (BULHAN, 2015, p. 242).

Diversos processos econômicos e políticos serviram para ampliar o controle sobre o espaço africano com instituições capitalistas que acabaram por levar os países do continente à dependência e ao subdesenvolvimento (MUDIMBE, 1988, p. 15). A próxima etapa do sistema capitalista apresenta-se então na forma de neocolonialismo, a qual Nkrumah (1965) considera uma representação do imperialismo em sua fase final e talvez a mais perigosa, e que ainda constitui um problema africano. A essência do neocolonialismo é que o Estado é, em teoria, independente, e possui todas as aparências externas da soberania, no entanto o controle é exercido por meios econômicos ou monetários. O investimento aumenta, todavia, em vez de diminuir a diferença entre os países ricos e os pobres do mundo, baseia-se no princípio de dividir antigos grandes territórios coloniais unidos em vários pequenos Estados incapazes de garantir sua independência e desenvolvimento, de forma a precisarem contar com o antigo poder imperial para defesa e até segurança interna. Se constitui como uma artimanha sutil mas que têm funcionado, na qual o Ocidente está 'dando' independência, a ser seguido por 'ajuda' ao seu desenvolvimento.

Na atualidade, o caso dos campos de refugiados, com um cenário de dificuldade dos governos prévia à chegada de refugiados, torna-se inviável para o próprio país lidar com as responsabilidades de segurança e bem-estar dos refugiados. É bastante comum os países adotarem uma postura *laissez faire*, entregando a responsabilidade para organizações internacionais humanitárias² e para o ACNUR. Quanto o Estado abre mão dessa função, ele concede sua autoridade às organizações (HARRELL-BOND, 1986, p. 64 e 78). As causas desses conflitos que geraram tais fluxos de refugiados foram em grande parte para se

² Instituições cuja função é promover assistência, suporte e recursos em situações de crise.

tornarem independentes do Ocidente, e agora aparecem para suprir as dificuldades com essa ‘ajuda’ citada acima.

A herança daqueles colonizados inclui resultados duradouros, principalmente após a conquista das independências nacionais. Pobreza, dependência, subdesenvolvimento, corrupção, com grande instabilidade e a ocorrência de guerras. As pessoas colonizadas se libertaram em um nível, mas em outro ainda são vítimas de seu passado. O status das pessoas colonizadas foi fixado em zonas de dependência e periferia, estigmatizadas na designação de Estados subdesenvolvidos e em desenvolvimento (SAID, 1989, p. 207). A mudança nas estratégias e a forma como a questão de refúgio é tratada na comunidade internacional, aconteceu principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, justamente no período em que as conquistas de independência colocadas por Said aconteciam e, portanto, como sua consequência. Na busca por se desvencilhar de séculos de dominação ocidental, guerras foram travadas, levando à grandes fluxos de refugiados, que agora são barrados no Ocidente.

O golpe mais grave sofrido pelos colonizados é ser removido da história e da comunidade (MEMMI, 2003, p. 135). Situação explícita no caso de refúgio, onde não só perdem seus lares como se tornam uma massa homogênea, sem distinções mais complexas ou específicas, simplesmente refugiados. Como resultado da colonização, os colonizados quase nunca experimenta nacionalidade e cidadania, exceto em particular. Nacional e civilmente, ele é apenas o que o colonizador não é. Situação semelhante a da pessoa em situação de refúgio, que fica à mercê, no caso dos campos de refugiados, da atuação de organizações humanitárias internacionais (Ibid., p. 140).

Uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas escrevem a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, "mente", destino e assim por diante. Eles passam a representar uma verdade sobre o que é o Oriente e a falar em seu nome (SAID, 1991, p. 14, 32). Esse interlocutor, tido como neutro, puro, é uma criação que suprime e, portanto, falsifica a situação de crise e conflito a qual retrata (Id., 1989, p. 207). No entanto, um formidável corpo acadêmico, com inúmeros "peritos" e "trabalhadores" orientais com um complexo aparato de ideias "orientais" (Id., 1991, p. 16) mantém e reforça a narrativa de neutralidade de forma a legitimar o discurso sobre o “outro”. Não se pode ignorar ou negar o envolvimento de seu autor como sujeito humano em suas próprias circunstâncias. Para um europeu ou americano que estuda o Oriente

deve-se ter em mente que ele encara o Oriente primeiro como sendo europeu ou americano, a partir de suas vivências (Id., 1991, p. 23).

Mudimbe (1988, p. 82) defende a existência de três gêneros complementares de "discursos" que contribuem para a invenção de uma África primitiva: o texto exótico sobre os selvagens, representado pelos relatórios dos viajantes; as interpretações filosóficas sobre uma hierarquia de civilizações; e a busca antropológica de primitividade. A complementaridade desses discursos é percebida como uma unidade na consciência ocidental, e que se perpetua, talvez de maneira mais sutil, até hoje, como exemplo a retratação das pessoas em situação de refúgio.

A história é tanto um discurso do conhecimento quanto um discurso do poder (MUDIMBE, 1988, p. 201), portanto, àquele que é concedido o direito de escrever a história, possui poder sobre ela. Como descrito por Mudimbe (1999, p. 1222), os designados como sendo incapazes de exercer a razão são considerados incapazes de consentir e, portanto, podem ser governados sem consentimento. Ter conhecimento de algo é dominá-lo, ter autoridade sobre (SAID, 1991, p. 43). Aquele que escreve sobre as mulheres em refúgio, possui poder sobre seu futuro, suas condições e sua imagem no cenário internacional, já que a elas não foi concedido esse direito, ou não lhe foi facilitada a possibilidade.

Intensificado com o deslocamento, as refugiadas não tem história, pois para subjugar e explorar, o colonizador empurrou as colonizadas para fora da corrente histórica e social, cultural e técnica. O que é real e verificável é que a cultura, a sociedade e a tecnologia dos colonizados estão seriamente danificadas (MEMMI, 2003, p. 158).

A disputa pela realidade e pela memória se torna mais intensa em condições de opressão, onde elas são distorcidas para preservar o *status quo* de dominação e exploração. No colonialismo aumenta-se a distorção dos eventos na memória, porque a história escrita é principalmente sobre o valor e a benevolência do colonizador europeu. As pessoas continuam aprendendo essa versão da história nas escolas, encontram livros que retratam essa realidade nas bibliotecas, os estatutos a congelam, e a mídia publica essa imagem. Essa história valoriza o colonizador e se transforma em uma poderosa arma de dominação, enquanto invalida e difama os colonizados, incluindo sua cultura, sua epistemologia, sua ontologia - de fato, sua própria existência como seres humanos. A realidade e a memória do colonizador nessas condições assumem o status de único conhecimento que vale a pena preservar e disseminar (BULHAN, 2015, p. 245).

Assim como a memória de um indivíduo é fruto de sua história e fisiologia, a de um povo repousa sobre suas instituições. Toda dinâmica social parece monopolizada pelas instituições do colonizador. Se o colonizado precisa de ajuda, é a eles que ele aplica. Se ele faz algo errado, é por eles que ele é punido (MEMMI, 2003, p. 147-8). Essa relação direta supostamente não existe mais, mas quando o antigo colonizado precisa de ajuda, como no caso de refúgio nos campos, acaba se voltando para os mecanismos ocidentais e passa a estar mais uma vez subjugado às suas leis e instituições, pois aquelas criadas por eles estiveram por gerações dominadas.

Kilomba (2010, p. 18) introduz também o processo de criação do chamado 'outro' como um antagonista do 'eu'. Essa divisão evoca o fato de que o sujeito branco é de alguma forma dividido dentro de si, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: apenas uma parte do ego - o 'bom' - é aceito e o malévolo é projetado no 'outro'. O sujeito negro se torna, então, uma tela de projeção para o que o sujeito branco tem medo de reconhecer sobre si mesmo: o ladrão violento, indolente e malicioso.

A formação de identidades de sujeitos diferentes é baseada em oposições binárias que derivam de uma oposição mútua. O bem contra o mal é uma das oposições centrais que estrutura esse discurso, trabalhando em conjunto com a oposição razão/paixão e pais/filhos, cujo pressuposto era que havia diferentes tipos de mentalidades. A construção de sujeitos ao longo das dimensões de oposição posiciona esses sujeitos em um arranjo hierárquico. O resultado foi um esquema classificatório de identidades internacionais e que historicamente facilitou várias práticas de interferência que vão da colonização formal a formas mais sutis de dominação (DOTY, 1996, p. 87-8, 91), já que a própria classificação é uma ferramenta colonial (KILOMBA, 2010, p. 88). Apenas uma parte das classificações, diagnósticos e tratamento são tidos como mais científicos e eficazes, mas são estes que ignoram as condições sociais opressivas que causam ou contribuem para a fome, doença, morte prematura, depressão, trauma e distúrbios psicossomáticos (BULHAN, 2015, p. 247).

Da mesma forma que o racismo se constrói a partir de uma relação binária com o outro, há o pressuposto de uma fronteira clara e inequívoca entre "nós" e "eles", entre o Norte e o Sul, entre "estados reais" e "quase estados". Dessa forma, o Norte consegue proibir a possibilidade dos "quase estados" de serem entidades independentes e autônomas. O Norte é constituído em relação ao Sul como moderno, eficiente, competente. O sul é constituído como sua falta, sua outra. Os encontros imperiais sempre continuam o elemento da pessoa

moderna que confronta o outro tradicional, caracterizado alternadamente como incivilizado, incompetente, infantil e incapaz de lidar com poder e autoridade. A incapacidade de exercer a agência da mesma maneira que o "eu" ocidental está repetidamente inscrita na identidade do "outro" não ocidental. A civilização do "outro" requer intervenção do Ocidente (DOTY, 1996, p. 162). Gathii (1996, p. 199) acrescenta ainda que há uma oposição entre o eu - europeu / cristão - por um lado, e o outro, não europeu, como imagem oposta ou invertida da sociedade européia, e que “as raças não européias precisavam de 'orientação' européia para levar a civilização e a luz a um continente caracterizado como escuro” (Ibid., p. 200, tradução própria).

No mundo branco, “o único honorável”, o homem de cor encontra dificuldades no seu desenvolvimento corporal. A consciência do corpo passa a se restringir apenas a uma atividade negativa, cercado por uma atmosfera de incerteza, onde deve permanecer dentro de limites, voltar para onde eu pertencia (FANON, 2008, p. 83, 86). A pele negra se divide sob o olhar racista, deslocado em sinais de bestialidade, genitália, grotesca, que revelam o mito fóbico de todo o corpo não branco, não ocidental (BHABHA, 2011, p. 132-3). Doty (1996, p. 52) acrescenta que falar das imagens de "nativos" remete inevitavelmente a habilidades físicas ou de ociosidade e preguiça, vícios a serem corrigidos pela boa administração colonial.

Bhabha (2007, p. 77) coloca que a base da estreita relação entre as duas formas de identificação são o narcisismo e a agressividade, que são precisamente as formas de identificação que constituem a estratégia dominante do poder colonial exercida em relação ao estereótipo que monta o conhecimento sobre a diferença e ao mesmo tempo a desaprova. Em qualquer discurso colonial, essas oposições funcionam simultaneamente, posicionadas uma em relação à outra.

Doty (1996, p. 133) traz ainda que o Sul é representado como incapaz de lidar com seus próprios problemas, e que, portanto

os pais nesse relacionamento não podem simplesmente soltá-los em um mundo perigoso de forças concorrentes do bem e do mal. Em vez disso, eles precisam ser nutridos, guiados e auxiliados até que sejam capazes de lidar com seus próprios assuntos e tomar suas próprias decisões. [...] Ainda não totalmente desenvolvidos, inconciliados, estão sempre sujeitos aos perigos decorrentes de sua própria imaturidade (Ibid., p. 134, tradução própria).

A autora escreve sobre uma problemática ainda hoje presente, a qual fica facilmente representada nos campos de refugiados, já que o Estado onde os campos se formam e mesmo os próprios refugiados, ambos em geral localizados no Sul global, são crachados como incapazes de se manterem sem o suporte do Norte.

Os debates contemporâneos sobre imigração devem ser entendidos dentro do contexto mais amplo de inseguranças sobre identidades nacionais em uma era de expansão da globalização. Níveis crescentes de mobilidade e assentamento humano em meio a vastas desigualdades globais em riqueza deram origem a novas práticas de exclusão que envolvem um grau substancial de racialização (PROVINE; DOTY, 2011, p. 264). Bulhan (2015, p. 244) elabora o conceito de *metacolonialismo* para definir as relações atuais entre Norte e Sul, e que, segundo ele, revive um antigo sistema de exploração e opressão colonial que se disfarça no eufemismo da globalização. Muitos analistas escrevem sobre globalização em termos brilhantes, muitas vezes exaltando-a como um sistema de inovação mundial que trará grandes avanços para a humanidade, sendo na realidade apenas uma maneira diferente de manter relações coloniais de poder.

A ajuda humanitária, por exemplo, possibilitou a aplicação de novas técnicas dentro de uma economia geral de poder nas relações Norte-Sul. Estabeleceu mecanismos permanentes pelos quais o "terceiro mundo" poderia ser monitorado, classificado e colocado sob vigilância contínua, e que as missões civilizatórias e as investidas para promover a democracia e os direitos humanos muitas vezes mascaram o funcionamento do poder (DOTY, 1996, p. 129, 145; RODRIGUES; BARBOSA, 2018, p. 166).

Araujo (2019, p. 13) escreve que são Estados dominantes no Sistema Internacional, o conhecido Norte global, que decidem, visando seus próprios interesses, a melhor solução para a situação dos refugiados globais. Ela descreve 3 soluções tradicionalmente previstas: repatriação voluntária, integração local no primeiro país de asilo; ou o reassentamento em outro país. O acampamento de refugiados aparece então como uma quarta solução. A autora acrescenta ainda que

a institucionalização da política de acampamento está relacionada à transformação do Regime para uma política de contenção dos refugiados no Sul, por parte dos países do Norte. Tendo em vista que as organizações humanitárias, sobretudo o ACNUR, são responsáveis pela administração dos campos, deve-se reconhecer sua responsabilidade, analisando-as na ordem social em que estão inseridas, bem como no contexto histórico e político que originaram e funcionam (ARAUJO, 2019, p. 14-15).

A forma como os Estados escolhem por lidar com a entrada de pessoas em situação de refúgio está inserida em um conjunto complexo de interesses políticos, econômicos e estratégicos que muitas vezes vão além das preocupações humanitárias com a proteção dos refugiados. Segundo Chimni (1999, p. 217), os estados dominantes no sistema internacional decidem de tempos em tempos, à luz de seus interesses, qual solução para o problema global dos refugiados deve ser promovida.

No âmbito das pesquisas sobre migração forçada o conceito de soluções duráveis aparece com três possibilidades: integração local, reassentamento e repatriamento voluntário. Durante o início da década de 1950, o reassentamento foi elegido como a solução mais viável, e desempenhou um papel importante na transferência de populações refugiadas dos países comunistas. Esse também foi um período em que as economias dos Estados do Norte passavam por uma grande expansão econômica, e um fator chave que na rápida recuperação econômica pós Segunda Guerra foi o forte influxo de refugiados que compensou a perda da força de trabalho (Ibid., p. 2).

Com o fim da Guerra Fria, no entanto, o reassentamento deixou de ser o caminho preferido pelos países europeus, e evoluiu para uma ferramenta de proteção dos Estados receptores. No final dos anos 1960 e 1970, os processos de descolonização causaram conflitos e deslocamentos maciços no Sul global, especialmente na África e na Ásia, o que acabou alterando o foco da proteção de refugiados. A Organização da Unidade Africana (OUA) na Convenção de 1969 expande a definição de pessoa em situação de refúgio para além de perseguição, e inclui

qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade (CONVENÇÃO DA OUA 1969).

Esses termos se encaixam melhor na realidade de refugiados do continente africano,

Como as pessoas em situação de refúgio passaram a sair do Sul em direção ao Norte e, como não havia mais escassez de mão de obra, os Estados do Norte passaram a demonstrar cada vez menos interesse em receber refugiados. Consequentemente, as estratégias de contenção ganharam importância e, nos finais dos anos 80 e 90, houve um

esforço para redefinir as soluções duráveis disponíveis para os refugiados no campo do Direito Internacional dos Refugiados. O repatriamento voluntário substituiu o reassentamento como a solução durável mais praticado (BESSA, 2009, p. 91-2; CHIMNI, 1999, p. 4, 17).

Para Odhiambo-Abuya (2005, p. 264), assim como o movimento involuntário de pessoas em toda a África é um legado do colonialismo, as falhas do sistema internacional são produto de um novo tipo de colonialismo ocidental. Esse colonialismo se manifesta na visão ocidental do Direito Internacional dos Refugiados, que se baseia em idéias e estruturas que funcionam nos interesses das nações ocidentais e contra os interesses do mundo em desenvolvimento e das pessoas refugiadas.

Atualmente a maior parte dos fluxos de refugiados ocorre nas regiões mais pobres do mundo, onde se assume muitas vezes pelo próprio Estado e pela comunidade humanitária internacional que a infraestrutura local não comporta essas pessoas sem ajuda externa. Os governos hospedeiros passam a se enxergar como dependentes da assistência externa. De forma a consolidar essa relação assimétrica entre governo hospedeiro e OIs, a partir do momento em que o Estado aceita ajuda externa ele é levado a uma posição de dependência econômica de forma a diminuir sua soberania (VOUTIRA; HARRELL-BOND, 1995, p. 5, 6; HARRELL-BOND, 1986, p. 8).

Gonzalez (1982, p. 224) escreve sobre a importância de se entender os processos dentro da sociedade para que seja possível realmente compreender questões como racismo machismo e não questões isoladas. Para poder desenvolver estratégias de combate, faz-se necessário estar atento aos processos globais.

Os campos de refugiados são criações cuja existência contínua é uma consequência do sistema estatal de Vestfália e sua manutenção baseia-se supostamente no equilíbrio das necessidades do estado de garantir suas fronteiras e nas obrigações internacionais sob a convenção de refugiados. Em muitos casos, o equilíbrio tende a colocar refugiados nos lugares mais indesejáveis de onde é improvável que eles vivam como pessoas livres (RUN, 2012, p. 386).

Todas as sociedades produzem estranhos, e caso eles sejam pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético, pois sua simples presença “obscurece o que deveria ser transparente” e gera incerteza. Neste cenário, duas estratégias alternativas, mas também complementares, são implantadas: aniquilar os estranhos assimilando-os, tornando o diferente semelhante e sufocando distinções culturais ou linguísticas. A outra estratégia era

“vomitar” os estrangeiros, expulsá-los dos limites do mundo organizado, essa foi a estratégia de exclusão. Atualmente, a assimilação dos refugiados se tornou incômoda e ameaçadora, então a problemática não é mais como se livrar do que é estranho, pois isso provou-se inviável, mas como viver com eles - diariamente e permanentemente. O modo preferível de viver com “estranhos” passou a ser se separar (BAUMAN, 1997, p. 46-7, 55-6).

Segundo Durkheim, o que mantém uma sociedade ordenada não é a confiança por si só, mas a confiança em um sistema normativo de valores, hierarquias, obrigações e sanções (*apud* VOUTIRA; HARRELL-BOND, 1995, p. 1). A burocracia é a responsável por criar uma estrutura de integração social eficiente para produzir um ambiente com relações estáveis e não-violentas, sendo, portanto, uma forma de estrutura superior (Ibid., p.707), o que representa uma visão colonial ao hierarquizar os diferentes tipos de organização social. Dessa forma, existe uma maneira que é a certa e que, portanto, deve ser aplicada, independentemente da forma de organização das comunidades presentes nos campos de refugiados.

Nos campos de refugiados, há diferentes categorias que são criadas e das quais espera-se certos comportamentos. Por parte dos agentes humanitários, sua responsabilidade é promover uma distribuição justa para os refugiados, o que requer um comportamento autoritário e um rigoroso controle. Mais pertinente ainda, é que,

o que legitima a autoridade dos ajudantes não é meramente a presença do refugiado, mas a manutenção do exercício de distribuição de funções: os ajudantes e aqueles que precisam de ajuda. A manutenção desses papéis é independente da real necessidade ou habilidade dos refugiados que em muitos casos poderiam facilmente administrar e distribuir os benefícios entre eles, um fato tão óbvio que dificilmente requer apontamento (HARRELL-BOND, 2002, p. 57, tradução própria).

Ramadan (2012, p. 71) faz uma crítica à essa concepção de refugiado, alegando que os campos de refugiados são espaços ativos de agência, nos quais os refugiados se organizam e também resistem à sua marginalização, falam e agem em prol de seus interesses e resistem à desumanização.

A justificativa para a formulação da visão da pessoa refugiada como desamparada e desesperada serve para reforçar a ideia da necessidade de ajuda externa (HARRELL-BOND, p. 57, 2002). Seguindo um padrão da segregação proposta por Quijano quando trata da colonialidade do poder, há a dualidade do corpo e do não corpo - o objeto - (2005, p. 117)

que, como colocado por Peteet, o refugiado é constituído como um objeto a ser entendido, assistido e gerenciado (2005, p. 50). O próprio *status* conferido pelo ACNUR sugere a pessoa refugiada como objeto de intervenção, o que a torna um locus de relação de poder (Ibid, p. 51).

A polaridade entre “nós” e eles” constitui-se também dentro do setor humanitário e constrói a pessoa em situação de refúgio como inerentemente não confiável, em desacordo com as normas de justiça e equidade do regime humanitário pois buscam sempre adquirir o máximo que conseguirem para si (VOUTIRA; HARRELL-BOND, p. 8, 1995). Em outras palavras, há uma projeção de cognições ocidentais sobre outras culturas (Ibid, p.11), de forma a diminuí-las e justificar o modelo de organização dentro dos campos (HARRELL-BOND, 1986, p. 312).

Dessa referência, é possível comparar com o período imperialista no qual há o bárbaro e o civilizado, aquele que precisa de ajuda e o que tem a responsabilidade de suprir essas necessidades. As organizações humanitárias assumem, portanto, o papel de ‘consciência do mundo’ (ou dos países ricos) e trazem o sofrimento de dentro dos campos de refugiados para a atenção internacional para fazer lobby e arrecadar doações (HARRELL-BOND, p. 16, 1986; Ibid, p. 68).

Agier faz uma analogia dessa relação:

O caráter excepcional do refugiado identificado à condição de mera vítima sem nome remonta a uma genealogia política do humanitário que vai da mão delicada da colonização (missionários ou a medicina colonial) à mão esquerda de um império indivisível, onde [...] através dos cuidados médicos e do fornecimento de comida e abrigo, fazem um trabalho de reparo e compensação imediatos, permanentemente presente ao lado da mão que controla e eventualmente açoita (2002, p. 18).

Pode-se fazer uma analogia da política de acampamento com a colonialidade, em que uma das práticas dos governos coloniais é o da alienação de terras, desenvolvido como um sistema de reservas “tribais”. Essas reservas foram ostensivamente impostas como justificativa de proporcionar aos africanos segurança e proteção contra "processos contra seus ex-inimigos", da mesma forma que hoje os refugiados são colocados em acampamentos para facilitar com a sua segurança e prevenir possíveis ataques de grupos inimigos (DOTY, 1996, p. 54). Outro ponto para a decisão de “esconder refugiados em lugares miseráveis e inacessíveis se relaciona à noção de que os refugiados são vistos como ameaças à segurança e

à cultura” (RUN, 2012, p. 386). Aqui cultura aparece no singular, uma forma de universalizar, só existe uma cultura e ela está em perigo.

O poder de classificar está entre as principais fontes de poder da burocracia, cria, ordena e hierarquiza categorias sociais. Refugiado em si representa uma dessas categorias. Essa categorização possui grande influência sobre quem é refugiado e, portanto, quem merece auxílio. Também muito importante, além do lado político, há o discursivo. Segundo o discurso do ACNUR e das leis internacionais acerca das pessoas em situação de refúgio, por definição o refugiado é aquele que necessita ajuda, impotente, portanto não precisa ser consultado em questões de asilo que os afetam diretamente (HARRELL-BOND, 1986, 711).

Uma forma da expressão de poder das organizações internacionais e das burocracias que criam dentro dos campos, é a definição de suas funções, como a criação de

tarefas internacionais (como “desenvolvimento”), criar e definir categorias de atores (como “refugiados”), criar novos interesses para os atores (como “promover os direitos humanos”), e transferir modelos de política organizacional ao redor do mundo (como mercados e democracia) [...] Elas também criam atores, especificam responsabilidades e autoridade, definem o trabalho que esses atores deveriam exercer, dando significado e valor normativo. **Mesmo quando falta recursos naturais, OIs exercitam poder ao constituir e construir o mundo social** (Ibid., p. 699-700, tradução e grifo próprios).

Peteet (p. 70, 2005) considera essa produção de conhecimento como um biopoder, uma técnica de disciplina e controle. Esse tipo de poder está baseado na regulação contínua de uma população e de mecanismos de correção, assim como na classificação, enumeração, census, sistemas médicos, de educação e assim por diante, sendo os campos de refugiados uma fonte ideal. Um exemplo do poder que essa burocracia gera, é determinar quem é o verdadeiro refugiado, quem pode receber a assistência.

Nesse sistema, a pessoa em situação de refúgio passa a representar um número, como marca o poema de Mahmud Darwish's:

'Write down I am an Arab, my card number is 50,000'

Escreva que sou um árabe, o número do meu cartão é 50,000

(PETEET, p. 72, 2005)

Para as pessoas vivendo em campos de refugiados, seu número é seu acesso a comida, abrigo, saúde e educação. O autor descreve os campos como uma maneira de os Estados transformarem grupos indesejados em seu território em “entidades biológicas” privadas de sua história e direitos políticos (Ibid., p. 68, 73). Toda a estrutura do regime humanitário é pautada em uma forma de autoridade que se baseia numa falta de confiança entre os beneficiários e os doadores (VOUTIRA; HARRELL-BOND, p. 11, 1995).

Aparece então a necessidade de “pensar local”, reforçada pelo fato de que muitos dos desafios enfrentados pelos refugiados e migrantes em África são, em parte, consequência de um legado do colonialismo. Na era pós-colonial, os desafios presentes no continente devem ser enfrentados através de uma lente africana. Essa perspectiva deveria estar no centro e não como um apêndice ou satélite de outros países. Organizações não-governamentais internacionais que trabalham na África não deveriam produzir “réplicas em miniatura” do Ocidente (ODHIAMBO-ABUYA, 2005, p. 273, 278-9).

As pessoas locais estão melhor equipados para entender e lidar com os desafios que enfrentam. Portanto, se essa linha de pensamento fosse aplicada ao sistema de refúgio em África, isso significaria que a busca de soluções sobre a situação de refugiados precisa ser pensada a partir de uma abordagem africana. Essa visão é consistente com a aspiração de muitos estados pós-independentes, conforme a Convenção da OUA de 1969 sobre os refugiados, e sustenta que problemas africanos devem ser resolvidos no contexto africano (Ibid, p. 279), portanto, a comunidade internacional, particularmente os Estados ocidentais, deviam respeitar e transformar a noção de responsabilidade sobre os menos capazes em liberdade para que tomem os rumos que lhe cabem melhor, e não aquele imposto (ODHIAMBO-ABUYA, 2004, p. 205). A condição aqui abordada sobre a produção de uma imagem da pessoa refugiada com base na herança colonial e racializada requer também um aprofundamento na questão de gênero, analisada a seguir.

1.2 INTERSECCIONALIDADE, A QUESTÃO DE GÊNERO PARA AS MULHERES REFUGIADAS

bell hooks escreve sobre o início do processo de colonização e suas implicações de gênero. Durante a escravidão, cerca de um terço das pessoas escravizadas transportadas ao novo mundo eram mulheres, e por serem consideradas como incapazes de resistir à captura dos raptos, elas tornaram-se alvos frequentes dos homens brancos. Usou-se também de

mulheres importantes nas tribos, como filhas de reis, para atrair homens africanos a situações onde seriam mais facilmente capturados. O explorador branco podia exercer poder absoluto sobre os corpos das mulheres (HOOKS, 2014, p. 15). A relação racista e machista tem seu início e concretização, das maneiras mais brutais, desde o começo da relação entre os homens brancos europeus com as mulheres negras africanas. A autora descreve ainda a divisão sexual e racial do trabalho instituída desde aquele período

Apesar de sob nenhum modo diminuir o sofrimento e as opressões dos homens negros escravizados, é óbvio que as duas forças, o sexismo e o racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos e as opressões da mulher negra. A área que mais claramente revela a diferenciação entre o estatus dos escravos homens e as mulheres escravas é a área do trabalho. O homem negro foi inicialmente explorado como um trabalhador dos campos; a mulher negra foi explorada como uma trabalhadora dos campos, uma trabalhadora das tarefas domésticas, uma criadora de animais e como um objeto dos assaltos sexuais dos homens brancos (HOOKS, 2014, p. 18)

A maneira como as “mulheres eram forçadas a trabalhar para as autoridades coloniais e no modo como suas vidas pessoais, domésticas e sexuais eram controladas” traz especificidades interseccionais de gênero e raça, com trabalhos distintos atribuídos a ambos (MORAIS, 2019, p. 61). O corpo, para Foucault (1988, p. 101), é o principal dispositivo de utilidade econômica, já que é o corpo que produz e consome, portanto, dominá-lo torna-se essencial. O poder sobre a vida, segundo ele, desenvolveu-se a partir do século XVII com o corpo adestrado de forma a ampliar suas aptidões, sua força, utilidade e docilidade para que aja como uma máquina (Ibid., p. 131). O Ocidente definiu regras no âmbito dos prazeres e dos poderes, do tipo que exerce “sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição” (FOUCAULT, 1988, p. 47).

O corpo das mulheres passa por um tríptico processo no qual é analisado como repleto de sexualidade. Ele é classificado com um corpo social, cuja utilidade de fecundar deve ser assegurada, assim como seu papel de mãe e cuidadora, responsável pela família, e "mulher nervosa" (Ibid., p. 98). Segundo Chow (1992, p. 105) uma das principais fontes de opressão das mulheres reside na maneira como elas são representadas, como elas são visibilizadas. Foucault (1988, p. 28) acrescenta ainda que o sexo é regulamentado por discursos úteis, de forma a regular os corpos.

Pimentel (2010) escreve que “a mulher africana foi tão violada como sua terra e, até os dias de hoje, sofre as implicações dessa violência, que a limita entre muros sociais e a

estagna em estereótipos”, e essa violência sexual de gênero foi legitimada por meio da desumanização das mulheres colonizadas. No entanto, o fim da colonização não permitiu-lhes o gozo dos próprios corpos a suas vontades, visto que nos processos de descolonização os discursos nacionalistas mantinham as normas de comportamentos feminino e masculino impostos no período colonial (MORAIS, 2019, p. 60, 62).

Grada Kilomba (2010, p. 54) trata sobre a interseccionalidade entre raça e gênero, os quais não podem ser analisados separadamente, já que as construções raciais são baseadas em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero possui um impacto nas construções de raça e na experiência do racismo. Por exemplo, o racismo constrói o caráter feminino como duplo: ‘a servente obediente sexual’ e a ‘prostituta primitiva e sexualizada’ (Ibid., p. 83), Peteet (2005, p. 81) descreve as mulheres dessa forma quando trata sobre os campos de refugiados, ao alegar que são as mulheres que ficam na fila para pegar a parcela de alimentos da família porque um homem fazer isso seria humilhante. No caminho para casa, passam por grupos de homens sentados em pequenos círculos, bebendo chá e jogando cartas, enquanto as mulheres carregam cargas de cinquenta quilos de farinha, sem queixar.

As ideologias racista e sexista compartilham a característica comum de tratar grupos dominados - os "outros" - como objetos sem subjetividade humana completa. Por exemplo, ver as mulheres negras como “mulas obstinadas” e ver as mulheres brancas como “cães obedientes” objetifica ambos os grupos, mas de maneiras diferentes. Nenhum dos dois é visto como totalmente humano e, portanto, ambos se tornam elegíveis para modos de dominação específicos de raça e gênero (COLLINS, 1986, p. 18).

Uma importante questão a ser colocada no contexto de refúgio é se os refugiados têm algum gênero. A convenção de refugiados de 1951 estipula quem se qualifica como refugiado e quem tem acesso aos seus direitos e proteção. No entanto, sua descrição de refugiados carece de referência ao gênero, perdendo de vista o fato de que homens e mulheres experimentam refúgio e deslocamento forçado de maneira diferente, não sendo processos neutros de gênero. Desde a década de 1980, estudiosas feministas têm criticado a negligência das mulheres nas políticas de refugiados (BUCKLEY-ZISTEL; KRAUSE, 2017, p 3-4; LUIS, et al, 2017, p.130; GILES; HYDMAN, 2004, p. 13).

No caso das definições sobre as pessoas refugiadas, induz-se que como um todo deve ser interpretada com uma consciência das dimensões de gênero, no entanto, isso não aparece de maneira nítida, e muito menos ligada à questão racial. No Manual de Procedimentos e

Critérios para Determinação do Estatuto de Refugiado e Diretrizes sobre Proteção Internacional (tradução própria) do ACNUR, após os anexos aparecem documentos de orientação para casos específicos, entre eles a questão de gênero. Ali aparece que para entender a natureza da perseguição relacionada ao gênero, é essencial definir e distinguir entre os termos “gênero” e “sexo”. Gênero então refere-se ao relacionamento entre mulheres e homens com base em identidades, status, papéis e responsabilidades social ou culturalmente construídos e definidos, atribuídos a um sexo ou outro, enquanto o sexo é uma determinação biológica.

Em alguns casos, o sexo do reclamante pode ter influência sobre a reivindicação de maneira significativa com a qual o tomador de decisão precisará estar atento. Em outros casos, no entanto, a reivindicação da refugiada não terá nada a ver com o sexo dela. As reivindicações relacionadas ao gênero geralmente abrangem, embora não se limitem a, atos de violência sexual, violência familiar / doméstica, planejamento familiar coagido, mutilação genital feminina, punição por transgressão de costumes sociais e discriminação contra homossexuais (UNHCR, 2019, p. 90).

A inclusão das diferentes experiências vivenciadas por mulheres migrantes como item da agenda da reunião anual do Comitê Executivo do ACNUR somente aconteceu em 1985. A partir de então, passou-se a considerar o vínculo entre a natureza da violência sexual perpetrada contra mulheres refugiadas e seu deslocamento de maneira generalizada. No entanto, as diretrizes a partir de então formuladas reforçam estereótipos de vitimização da mulher refugiada, são representadas essencialmente como dotadas de menos natureza política que os homens, relegando sua opinião política como mera consequência de seu papel de gênero dentro da sociedade, quando tem alguma opinião própria (MORAIS, 2019, p. 97, 99).

Diante da perspectiva hegemônica globalizada, as migrantes africanas, como negras, como mulheres e como migrantes, encontram-se marginalizadas e cujas vozes são silenciadas. As correntes *mainstream* sobre estudos de migração forçada, permeadas por uma ideia de universalização de direitos acaba por restringir as mulheres a partir de experiências fundamentalmente masculinas e tendem a ignorar as interseccionalidade de gênero e raça na discriminação de migrantes, portanto, torna-se vital construir espaços de visibilidade das narrativas silenciadas (Ibid., p. 94-5).

As principais correntes de estudo de refugiados os retratam como uma figura genérica, variando entre fraco, dependente e vítima, ou “mulher e criança”, ou de força,

“*madonnalike*”. A mulher refugiada pode ser retratada também como mãe mártir, o útero militar (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 97). Cynthia Enloe chama a atenção para a prática comum, porém problemática, de se referir a mulheres e crianças juntas. Os homens não são identificados como pais, nem parecem participar do trabalho de manutenção da casa. Empregar essa formulação de frase é uma construção que não contribui para aumentar o status das mulheres (*apud* GILES; HYDMAN, 2004, p. 203). Ao longo do documento do ACNUR citado acima, o uso do termo “mulheres” inclui a menina (ACNUR, 2019, p. 85), de forma a intensificar a infantilização da imagem das mulheres.

Para compreender a luta recorrente das mulheres refugiadas e elaborar projetos que façam sentido para essas realidades, é interessante analisar as inovações metodológicas dos feminismos pós-coloniais, que têm as seguintes propostas: reconhecer que não existe a categoria “mulher”, sendo esse um termo universal formulado por mulheres brancas, ocidentais e de classe média de acordo com os seus interesses; desconstruir o estereótipo de mulher de “terceiro mundo” como vítima da sua religião e cultura e que precisam ser salvas, em comparação com a mulher ocidental, retratada como livre e culta, assim como denunciar o paternalismo branco sobre as mulheres do Sul; e reconhecer a agência das mulheres conscientes de seus contextos frente a discursos vitimizadores (MARTÍN, 2004, p. 891).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Tanto a categoria refugiado quanto os campos que os abrigam são consequências de processos históricos de colonização, relações de poder entre Norte e Sul e da apropriação do conhecimento do *outro/a*. Para entender como essa categoria de pessoas é construída e intensificada no papel das mulheres, é preciso ir a fundo nas concepções racistas e sexistas, e que não podem ser estudadas separadamente.

Existe um grande arcabouço de produções acadêmicas ocidentais voltados a representar e falar em nome das refugiadas, o que lhes incute poder, da mesma forma que durante todo o processo de colonização havia a construção da imagem de um “outro” não ocidental, inferior e não apto a contar sua própria história. Neste capítulo buscou-se analisar as raízes do problema de categorizar as pessoas em situação de refúgio quando elaborada por aqueles que detém algum tipo de poder sobre elas, pois criam uma só história, a qual está desvinculada às complexidades vivenciadas por cada um, reduzem à experiência dessas

peçoas a uma só, à de refugiado, uma só categoria de peçoas, quando na verdade abarcam variadas histórias e necessidades.

As mulheres necessitam de uma atenção também diferenciada, pois possuem vivências que se distinguem da dos homens e não podem ser incluídas em universalismos. Seu papel dentro das sociedades e perante o sistema internacional se distingue daquele dos homens, e a sua caracterização como vítima passiva é ainda mais reforçada na situação de refúgio. O próximo capítulo irá abordar os campos de refugiados do Quênia e da Argélia, de forma a contextualizar sua formação, entender quem são seus habitantes e a descrição do papel das mulheres em cada um deles.

UM RETRATO SOBRE OS CAMPOS DE REFUGIADOS SAHARAUIS E OS CAMPOS NO QUÊNIA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os complexos de campos de refugiados saharauis, na Argélia, e aqueles localizados no Quênia, de forma a entender como se formaram, se organizam, e as relações entre aqueles que o habitam. Compreender a ordenação e manutenção desses espaços é fundamental para analisar como as pessoas refugiadas são retratadas na academia e qual a interferência nas relações de gênero. Para que este objetivo fosse alcançado, foram utilizados relatórios de ONGs e trabalhos acadêmicos. O capítulo está dividido em duas partes, sendo a primeira focada no estudo dos campos de refugiados no Quênia e a segunda centrada na população saharai e sua organização constituída em território argelino.

A escolha desses dois complexos em específico tem como base a grande diferença de organização entre eles e conseqüentemente em suas relações de gênero e a perpetuação da violência contra as mulheres. Ambos, no entanto, são similares quanto a sua duração, pois deixaram de ser exclusivos à situação emergencial e já se mantém por décadas, com mais de uma geração vivendo neles.

No Quênia estão localizados alguns dos maiores complexos de refugiados do mundo e algumas das situações mais precárias, com altos índices de violência contra a mulher. Além disso, esses campos se encaixam nas descrições gerais produzidas no meio acadêmico sobre a imagem das pessoas refugiadas. Por outro lado, os campos saharauis aparecem em destaque em diversas reportagens e artigos ao serem retratados como uma exceção, com a administração feita majoritariamente pelos próprios habitantes e pouca interferência externa, apesar de dependerem dos recursos que recebem. O papel das mulheres aparece também como uma referência, a servir inclusive de exemplo para o ACNUR.

Por diversos motivos ligados à violência, perseguição e transgressões massivas dos direitos humanos, pessoas fogem de seus países, e quando chegam à outro Estado acabam sendo alojadas nos chamados campos de refugiados. Estes espaços são normalmente construídos separadamente das cidades e costumam ter alto grau de limitação quanto à liberdade e à tomada de decisões próprias dessas pessoas em refúgio (CASTELA, 2017, p. 18). Um acampamento é qualquer local planejado, gerenciado ou um assentamento espontâneo, onde os refugiados são acomodados e recebem assistência e serviços de agências

governamentais e humanitárias (ACNUR, 2014, p.12), com uma estrutura normalmente constituída de tendas e barracas (ARAUJO, 2019, p. 14-15).

Campos de refugiados são estipulados como espaços temporários onde há proteção até que essas pessoas possam retornar a seu local de origem (RAMADAN, p 65, 2012). Apesar da expectativa tanto do governo hospedeiro quanto das agências humanitárias ser esse um fenômeno temporário, eles acabam se estendendo por anos (HARRELL-BOND, 1986, p. 93). Segundo dados do ACNUR, 54% dos refugiados no mundo passam mais de 5 anos vivendo nesses locais (BARBOSA; RODRIGUES, 2017, p, 206).

A formação dos acampamentos apareceu como a solução preferida para a distribuição de assistência, identificação de indivíduos, custo de eficiência, monitoramento, arrecadação (VOUTIRA; HARRELL-BOND, 1995, p. 3; e BLACK, 1998, p. 5), e por questões econômicas e de segurança, já que os governos receptores não possuem a infraestrutura necessária para dar-lhes melhor liberdade provendo suporte social básico ou condições de se auto sustentarem (BLACK, 1998, p. 4). Um outro lado estratégico é que “para atrair dinheiro, refugiados devem ser visíveis” (HARRELL-BOND, 1986, p. 8, tradução própria). Os campos são os locais que mais recebem assistência, e por se tornarem os principais ambientes onde vivem muitos refugiados por anos, as vezes mais de uma geração (*Id.*, 2002, p. 56;), torna-se necessário entender qual o efeito dessa vivência para essas pessoas.

Dentre as funções assumidas por programas de assistência de refugiados dentro dos campos estão o registro das pessoas refugiadas, datas de nascimento e o fornecimento de bem-estar, o que inclui a neutralização de surtos de violência - entre refugiados ou entre a população local e os refugiados. Estes locais são considerados desprotegidos, sempre em risco de ataque, são marginalizados, super populosos e com recursos deficitários. Em geral, os acampamentos possuem um espaço extra judicial de detenção aos refugiados que cometeram algum ato considerado uma ofensa às autoridades locais (VOUTIRA; HARRELL-BOND, p. 3, 1995; HARRELL-BOND, 1986, p. 66; RAMADAN, 2012, p 67). O estudo dos casos a seguir facilitará na compressão da experiência das pessoas em situação de refúgio dentro de acampamentos e os papéis das mulheres.

2.1 OS CAMPOS DE REFUGIADOS NO QUÊNIA

O Quênia está hoje entre os 10 maiores receptores de refugiados do mundo e o 4º do continente africano, ficando atrás apenas da Uganda, Etiópia e República Democrática do Congo. A solução encontrada pelo país e pelas organizações internacionais que passaram a atuar no território para suprir as demandas dessas pessoas foi sua distribuição em acampamentos, os quais se concentram em três principais regiões: Dadaab, Kakuma e Nairobi (BETTS; OMATA; STERCK, 2018, p. 6).

Entre os anos 1970 e 1980 a situação com os refugiados era considerada estável, com baixas quantidades oficialmente registradas pelos governos. Eles eram absorvidos no mercado de trabalho e compostos principalmente por ugandenses (CRISP, p. 17, 1999), sendo um período de maior possibilidade de se integrarem à sociedade. Até então, a presença do ACNUR era baixa e o governo resistia a dar terras para a construção de campos de refugiados (HARRELL-BOND, p. 79, 2002).

No entanto, a partir dos anos 1990, esse cenário passa por uma drástica virada, com a entrada no Quênia de dezenas de milhares de refugiados, quando conflitos armados e violações de direitos humanos irrompem nos países vizinhos como Somália (em sua maioria), Etiópia, e Sudão. A partir desse influxo, as cifras chegam a 420 mil em 1992 e as políticas restritivas e de acampamento iniciam-se (ATAIDES, 2019, p. 48; CRISP, p. 17, 1999). Ainda assim, o escritor sul-sudanese Peter Run (2012, p. 385), que passou pelo campo de Kakuma e hoje é pesquisador da Universidade de Queensland, Austrália, relata sua experiência de constante medo, até que conseguiu chegar no acampamento queniano e se sentir mais seguro, mesmo vivendo em um local de clima semiárido e de condições precárias. A localização desses países se encontra a seguir:

Mapa 01: Continente africano com destaque no Quênia



Fonte: Google Earth Maps, destaque por elaboração própria

A Somália foi por diversos anos colonizada tanto pela Inglaterra quanto pela Itália, e conquistou sua independência em 1960. Lutava para tornar-se uma democracia, todavia, em 1969, o General Mohamed Siad Barre deu um golpe militar e assumiu o poder (AZEVEDO, 2012). Passada a Guerra Fria, o país, assim como diversas regiões em todo o mundo, se viu mais uma vez em um período de crise e transição, com suas instituições tradicionais praticamente desfeitas e com um país dividido em clãs (FILHO, 2011, p. 44).

Entre 1980 e 1990 a Somália entra em uma sangrenta guerra civil contra seu ditador e em 1991 o regime de Siad Barre entra em colapso com sua fuga, mas não sem causar grandes danos, com estimados 300 mil mortos e 1,5 milhões de refugiados (CHKAM, 2016, p. 1; FILHO, 2011, p. 46). Sem um governante, clãs passam a combater entre si, deixando um país instável e acometido pela fome. Corrêa (2016) e Chkam (2016, p. 5) colocam ainda que o apoio dos Estados Unidos foi prejudicial na tentativa de pacificação, já que

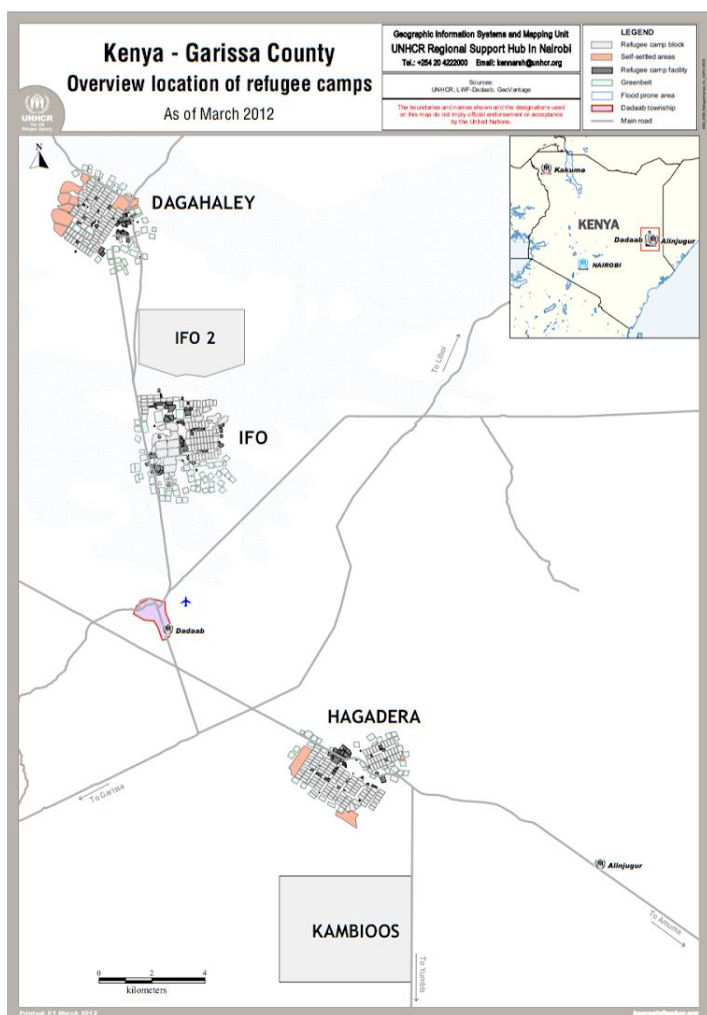
visando combater o seu grande inimigo - o terrorismo, [...] tem fornecido armas às forças do GFT, bem como apoiado ao exército etíope, responsável por vários ataques. A estratégia dos Estados Unidos contribui para o aumento da violência na região, e também tem aumentado o radicalismo do grupo islâmico que já avisou que não vai poupar os EUA e outros alvos ocidentais na Somália, incluindo a ajuda humanitária,

bem como as forças da Etiópia e do Governo, aumentando a já dramática crise existente (CORREA, 2016).

Este cenário levou à grandes influxos de refugiados que partem para o Quênia e demais países vizinhos. Calcula-se que uma média de 900 refugiados adentravam o Quênia por dia em 1992 (CHKAM, 2016, p. 4). Quando a situação parecia ter se estabilizado, novos conflitos armados irromperam no país em 2006 fazendo novamente aumentar dramaticamente o fluxo de refugiados no Quênia, o que torna o complexo de campos de refugiados de Dadaab o maior do mundo em 2008 (CHKAM, 2016, p. 8). O complexo, localizado no nordeste do queniano, milhares de pessoas que se distribuem em quatro campos: Ifo, cuja população em 2011 era de 147,125, Dagahaley com 135,862 habitantes, Hagadera que hospeda 131,590 pessoas, inaugurados entre 1991 e 1992, e Ifo 2, aberto em 2011 e registrado em 2012 com 72,698 pessoas (ATAIDES, 2019, p. 48; FOX; KAMAU, 2013, p. 3; WHAT WORKS, 2018, p. 10; UNHCR, 2012 e 2012).

Na totalidade, o complexo de Dadaab constitui-se de uma porcentagem de 50,2% de mulheres e 49,8% de homens. Quanto à faixa etária, há uma alta taxa de crianças e jovens, totalizando mais de 230 mil em 2012 contra 186 mil de adultos entre 18-59 anos. A porção de idosos é baixa, sendo menos de 4%. As tabelas com as estatísticas populacionais oficiais do UNHCR sobre os campos de Dadaab estão no Anexo 01. O mapa abaixo contém a localização destes campos.

Mapa 02: Campos de Refugiados do Complexo de Dadaab, no Quênia

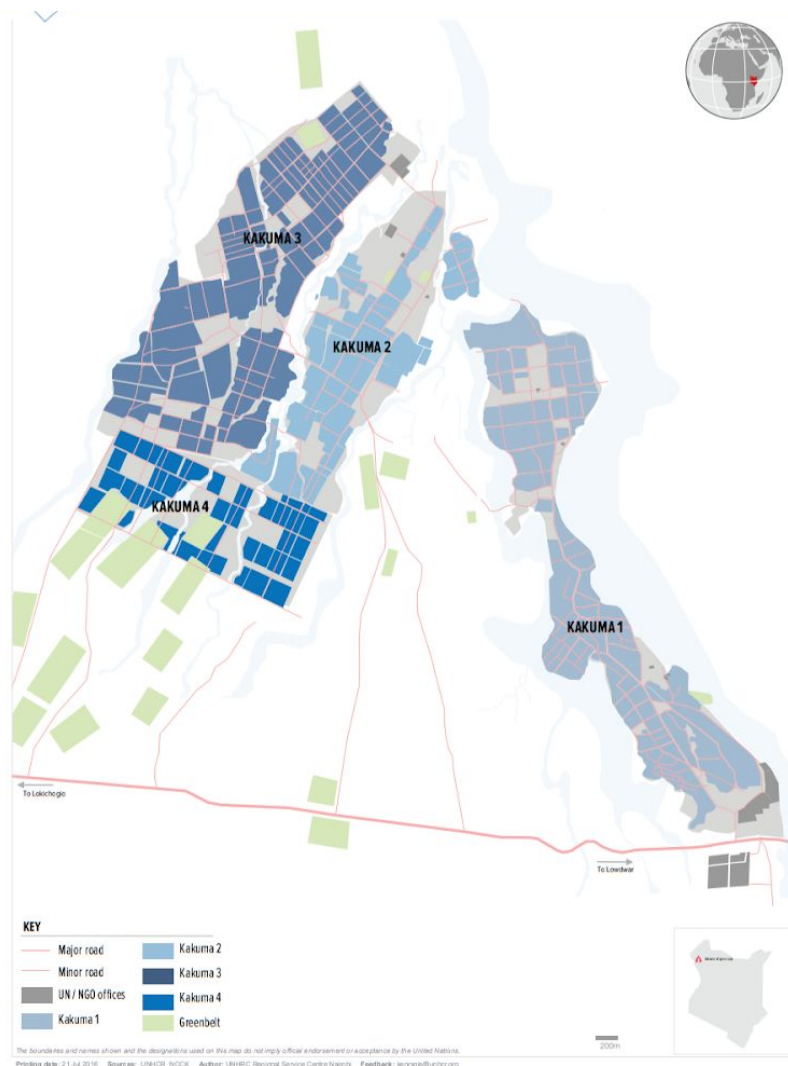


Fonte: UNHCR Regional Support Hub in Nairobi

Em 1991 foi fundado também o campo de Kakuma, este visando abrigar crianças desacompanhadas provenientes da Guerra do Sudão, sendo mais da metade das pessoas que ali vivem provenientes do Sudão do Sul. Em 2009, de forma a despressurizar o complexo de Dadaab, o campo de Kakuma se expande em quatro: Kakuma I, II, III e IV, sendo o primeiro ainda majoritariamente composto por sul-sudaneses enquanto os outros possuem refugiados de diversas nacionalidades³ (ATAIDES, 2019, p. 49) que somados chegam a 96,483 pessoas em 2012 (UNHCR SO Kakuma, 2012). Segue o mapa deste complexo:

³ Incluem pessoas provenientes da Uganda, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Somália, Ruanda, Irã, Etiópia, Burundi, Eritreia (UNHCR SO Kakuma, 2012).

Mapa 03: Campos de Refugiados do Complexo de Kakuma, no Quênia



Fonte: UNHCR, KAKUMA CAMP & KALOBEYEI SETTLEMENT: Visitors Guide

Em Kakuma, a porcentagem de mulheres é um pouco menor, compondo 46,3% da população do complexo. Dentre a população adulta encontram-se 43 mil pessoas contra 52 mil crianças e jovens até os 17 anos, e a parcela idosa é ainda menos do que em Dadaab, com um total de cerca de 1%. As tabelas com as estatísticas populacionais oficiais do UNHCR sobre os campos de Kakuma estão no Anexo 02.

Em geral, como colocado por Voutira e Harrell-Bond (1995, p. 3), as populações nos campos de refugiados são essencialmente multiculturais, no Quênia a maior parte dos refugiados vêm da Somália, mas recebe outros do Sudão do Sul, Etiópia, Sudão, República Democrática do Congo, e assim por diante (FRATTINI, p. 314-5, 2009; BETTS; OMATA;

STERCK, 2018, p. 6), e a maioria em se encontram em situação de refúgio prolongado, passando até 20 anos nos campos (ATAIDES, 2019, p. 48).

A partir de 1990, as capacidades do governo queniano - até então responsável pelos refugiados - se esgotaram, de forma a não conseguir absorver a grande demanda dos migrantes que chegavam a todo instante. Uma maior participação do ACNUR e demais ONGs foi uma maneira que o país encontrou para conseguir recursos externos (HARRELL-BOND, p. 79, 2002). No início, assistências diretas estrangeiras foram banidas pelo governo, contudo, devido à pressão de Estados doadores para a introdução de reformas políticas e econômicas, o governo eventualmente delegou a responsabilidade e gerenciamento dos campos para o ACNUR. Defendia-se que organismos humanitários poderiam garantir os padrões internacionais de assistência, assim como aumentar a visibilidade para atraírem mais recursos (CHKAM, 2016, p. 4-5). Segundo o órgão da ONU, as seguintes atividades são geridas pelas organizações:

Tabela 01: Atribuição de funções das agências humanitárias em Dadaab

Dadaab - Who does What Where by Sector of Activity

AGENCY \ SECTOR	Community Services	Education	Health	HIV / AIDS	NFI Distribution	Nutrition	Programme Support	Protection	Water & Sanitation
African Development Emergency Organization Kenya									
CARE International, Kenya									
Danish Refugee Council									
Filmaid International, USA									
GIZ - Germany									
Handicap International/Atlas Logistics									
International Rescue Committee, USA									
International Service Volunteers Ass. Italy									
Lutheran World Federation, Switzerland									
MSF - Spain									
MSF - Swiss									
National Council of Churches of Kenya									
Norwegian Refugee Council									
Oxfam, United Kingdom									
Refugee Consortium of Kenya									
Relief Reconstruction and Development Organization									
Save the Children Fund, UK									
UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees									
Windle Trust UK in Kenya									

Source: UNHCR BO Nairobi, 10 August 2011

Fonte: UNHCR BO Nairobi

Em Dadaab, diversas agências como a CARE International do Quênia, a GIZ, alemã, e o órgão ACNUR prestam serviços de educação, saúde, combate à doenças que incluem HIV

e AIDS, proteção, saneamento e suporte. Segundo a tabela acima, diversas organizações prestam serviços que são vitais às pessoas que vivem nos campos, todavia, não aparece qual o papel que desempenham aqueles que dependem desses serviços. No caso de Kakuma não foi encontrada tal discriminação de atividades.

Apesar da permanência dos refugiados no Quênia por tantos anos, tanto os políticos quanto a mídia se colocam de forma bastante hostil quanto aos refugiados, tornando difícil a promoção de um ambiente seguro à essa população (CRISP, p. 17, 1999). No entanto, a imagem de que “refugiados pertencem em campos de refugiados” não se sobressaia no Quênia, o que passa por uma mudança com a chegada dessas organizações assim como a marginalização das instituições nacionais (HARRELL-BOND, p. 80, 2002), as quais tomam como estratégia o acampamento.

O “paradigma do acampamento”, como descreve Chkam (2016, p. 18), serve aos interesses dos Estados ao invés de aos refugiados. Esse modo de assistência deixa pouca oportunidade para que as necessidades, visões, perspectivas, opiniões e escolhas dos refugiados sejam ouvidas (HORN, 2010, p. 162). Em Kakuma, por exemplo, os refugiados não podem ter animais ou circular livremente devido à política de acampamento e não têm o direito de trabalhar fora do campo. Embora possam entrar na cidade de Kakuma e em outras áreas próximas, não podem viajar além dessas regiões sem a permissão do *Department for Refugee Affairs*. Para obter a permissão, eles precisam de uma justificativa baseada em motivos médicos, educacionais ou comerciais; no entanto, os motivos comerciais são frequentemente proibidos (BETTS; OMATA; STERCK, 2018, p. 22 e 24; HORN, 2010, p. 162).

Harrell-Bond (p. 76) alega que, apesar de o Estado ser, em tese, o responsável pela garantia de direitos de quem se encontra em seu território, concede o papel de governança dos campos no Quênia para o ACNUR assumir (HORN, 2010, p. 161). Em Dadaab e diversos outros lugares ao redor do mundo, a gerência das pessoas em refúgio é passada para as agências humanitárias, enquanto os Estados tomam cada vez mais políticas de exclusão, em geral no sentido de colocá-los nos campos, com a justificativa de manutenção da segurança. Contudo, ao tomar esse papel nos campos, as agências humanitárias carregam também a responsabilidade pela perpetuação dos campos (CHKAM, 2016, p. 2).

As organizações de assistência humanitária⁴ são, segundo Chkam (2016, p.12), uma parte importante do “paradigma de contenção”, especialmente quando estão envolvidas na administração de campos, repatriação e assistência. A atuação dessas organizações flui em geral do ACNUR para baixo e se baseia em uma divisão do trabalho na qual as atividades de assistência são terceirizadas para outras agências, e envolve um alto nível de especialização com um grau de controle hierárquico do ACNUR sobre os parceiros. Em Kakuma, são treze parceiros de implementação do ACNUR que fornecem serviços comunitários e apoio às atividades de subsistência. Muitos refugiados são empregados em “trabalhos de incentivo” por essas agências de apoio a refugiados (BETTS; OMATA; STERCK, 2018, p. 7; WHAT WORKS, 2018, p. 10; HORN, 2010, p. 162).

Tanto em Dadaab quanto em Kakuma, a administração dos campos é feita por OIs de forma independente dos governos e fora de seu sistema judicial e também sem recursos legais contra abusos, apesar de estarem em território queniano. As formas de controle contra atos como a destruição por parte de refugiados de estoques de provisões são arbitrários, vão de acordo com a vontade dos trabalhadores humanitários responsáveis pelo setor, e neste caso, em 1994, foi interromper a distribuição de comida (HARRELL-BOND, p. 80, 2002).

Outro caso descrito por um visitante em um campo no Quênia,

um oficial da ACNUR tentava fazer com que um grande grupo de mulheres se sentasse enquanto esperavam pela distribuição de lâminas de plástico para a construção de casas.

Quando elas não obedeceram as ordens de sentarem-se, ele confisou um pequeno galho e começou a bater nas mulheres. [...] pegou um adolescente pelo pescoço e o arremessou ao chão com um ruído audível. [...] Enquanto batia, seu colega contestava, que “mulheres Somali precisam disso pois não entendem como homens” (Ibid., p. 63, tradução própria).

Chkam (2016) traz o debate sobre a maneira repressiva como muitos dos refugiados são tratados, quase como em “um regime humanitário de detenção” (tradução própria), no qual devem aceitar um novo contrato social de forma a abrir mão de sua autonomia em troca de assistência e proteção internacional. Apesar dos centros de detenção se diferenciarem das funções de um campo de refugiados, as similaridades quanto o *modus operandi*, a rotina e a perda de rotina das pessoas ali são alarmantes

⁴ Organização cuja função, a princípio, é promover auxílio em situações de crise. Entre elas pode-se citar a What Works, Human Rights Watch, Médicos sem Fronteiras, Cruz Vermelha, Oxfam, entre outras.

Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, sugeriu que o ACNUR se transformou em uma “agência de ajuda massiva”, como parte de uma estratégia de contenção pela qual os países de maior poder buscam manter os problemas dos mais pobres à distância. Essa estratégia ocorre no contexto de uma divisão Norte-Sul, na qual o Norte, tradicionalmente os maiores doadores dos programas do ACNUR, busca conter refugiados no Sul (Ibid., p. 10).

Ao longo dos anos, a situação nesses campos se tornou bastante violenta, presenciando batalhas nas quais a polícia se negava a intervir (FRATTINI, p. 316, 2009). Crisp alega, com um tom tradicionalmente colonial, ou seja, colocando a responsabilidade do problema nos refugiados, aqueles não europeus, que essa insegurança está naturalmente enraizada no seu ser ou pelas próprias características dos refugiados, dessa forma, nem mesmo com a ajuda do ACNUR seria possível resolver esses problemas (1999, p. 31). Talvez essa insegurança não seja tão natural dos quenianos e seus vizinhos, já que em 2000 as Nações Unidas receberam diversas denúncias sobre uma organização criminosa liderada por funcionários da ACNUR em Nairobi (FRATTINI, p. 311, 2009).

A complicada situação no complexo de Dadaab levanta questões importantes sobre a perpetuação dos campos. Nas narrativas convencionais, a existência e manutenção dos campos é costumeiramente atribuída a uma série de fatores externos: a escala de uma suposta crise de refugiados, o conflito não resolvido na Somália, o subfinanciamento crônico e as condições impostas pelo governo do Quênia, fatores que tendem a tirar a responsabilidade dos atores humanitários, que são os principais orquestradores dos campos. Uma breve análise da história da Dadaab indica que o comportamento das agências humanitária tem sido significativo para contribuir com a perpetuação dessa situação (CHKAM, 2016, p. 9-10). Vale ter em mente, no entanto, que o contexto trazido no capítulo anterior, no qual tanto essas organizações, quanto o Quênia, como receptor das pessoas em fuga, e os demais países, como a Somália, que passam por instabilidades acarretando em milhares de pessoas que buscam apoio em outros países, fazem parte de uma história recente de relações coloniais de poder, que influenciam, até hoje, os intercâmbios envolvendo o Norte e o Sul.

A pressão de estar em posição de confinamento, dependência e incertezas afeta as relações sociais das pessoas em refúgio assim como sua saúde mental (Ibid., p. 7). Hyndman, em uma passagem no trabalho de Harrell-Bond (2002, p. 58), alega que refugiados da Somália, ao atuarem por tanto tempo nos campos no Quênia como atores passivos e em necessidade para convencer doadores a fornecer mais recursos, que passam eles mesmo a

acreditarem, levando a uma diminuição de suas capacidades pois toda sua energia se direciona para a manipulação dos doadores. A sua sobrevivência dependeu durante anos do desenvolvimento dessas habilidades, o fictício passaria a se tornar a própria realidade, mesmo processo no qual diversas populações ao redor do globo passaram durante o período de colonização, quando há uma máxima legitimação da autoridade do colonizador pela incorporação dessa categorização pelas populações reprimidas.

A autora alega que o poder dentro dos campos de refugiados é exercido tanto pela coerção quanto pela disciplina, a usar como exemplo no Quênia, onde a polícia faz a vigília enquanto as organizações humanitárias trabalham na organização dos campos, checando os cartões dos refugiados para assegurar que está de acordo com o tamanho da família para a quantidade de provisão que podem receber e tudo de maneira organizada (HARRELL-BOND, p. 59, 2002).

Crisp (1999, p. 1) aponta para variadas violências que ocorrem dentro e ao entorno dos campos de refugiados no Quênia, que englobam abuso sexual, roubo, conflitos entre grupos de diferentes nacionalidades entre os refugiados, ou entre refugiados e a população local. Casos como batalhas entre refugiados da Somália e do Sudão ao final dos anos 1990, tornando a segurança um grande problema na região, e que ataques principalmente contra mulheres e crianças aumentava (NGUNJIRI, 1999). Muitos desses crimes não são relatados nem investigados pela polícia. Por medo dos perigos presentes nos campos, os funcionários das organizações humanitárias ficam confinados em suas tendas durante a noite, sendo assim, ficam impossibilitados de monitorar a segurança durante esse período (CRISP, 1999, p. 4).

A maneira como as mulheres são retratadas dentro dos campos de refugiados no Quênia é com base na violência de gênero, difundido como sendo comum, e onde mulheres e crianças, ficam vulneráveis a abuso e exploração, violência doméstica, estupro, casamento forçado, entre outros. Em julho de 2015, um relatório do ACNUR relatou 533 casos de agressões com base em gênero reportados. No campo de refugiados de Kakuma, no norte do Quênia, o seqüestro de mulheres e crianças constitui um importante meio de perpetuar a violência de gênero (FITZGERALD, 1999; WHAT WORKS, 2018; ACNUR, 2015). Dentre as bibliografias selecionadas inicialmente para elaborar esta pesquisa, com base na sua disponibilidade e difusão no meio acadêmico, quase não havia descrição sobre a agência das mulheres e sobre o papel que assumem nos campos. Em geral, a figura feminina é passada como submissa aos homens e de responsabilidade familiar.

Uma das causas de tamanha insegurança nos campos em Kakuma e Dadaab é a impunidade, já que a lei é difusa e os criminosos raramente são responsabilizados por suas ações. Organizações humanitárias reconhecem que os refugiados em campos se consideram como acima da lei por seu status de refugiado, o que poderia acarretar em mais incidentes. A própria polícia enviada aos campos, por serem áreas não exatamente populares, são muitas vezes novos e inexperientes (CRISP, 1999, p. 22)

Há períodos inclusive em que se coloca um toque de recolher dentro do campo devido à insegurança. O toque de recolher, conseqüentemente, restringe ainda mais o livre arbítrio e afeta também as atividades comerciais noturnas dos refugiados (BETTS; OMATA; STERCK, 2018, p. 23).

Apesar das bibliografias frequentemente relatarem sobre uma falta de agência ou passividade das pessoas em refúgio, de forma a tratá-las como inferiores e incapazes de cuidar de seu próprio sustento, refugiados somalianos e etíopes apresentam estratégias orientadas aos negócios, empreendem em diversos setores e possuem redes comerciais que passam do Quênia à Dubai (ATAIDES, 2019, p. 50-51). Através de suas redes no Quênia e na Somália, os comerciantes refugiados são capazes de adquirir e vender seus produtos, geralmente a preços mais baixos que em outras partes do país. Itens como açúcar, leite em pó, massas, perfumes, cosméticos e khat, são importados da Somália - isentos de impostos - por meio de passagens de fronteira alternativas (FOX; KAMAU, 2013, p. 18). Inclusive, a única forma de garantir alguma receita nesses campos é por meio de “trabalhos casuais”, já que o país hospedeiro proíbe a contratação de refugiados (FOX; KAMAU, 2013, p. 14).

Uma economia informal próspera emergiu nos campos e, segundo O’Callaghan e Sturge (2018, p. 6) a maioria dos refugiados é economicamente ativa. A economia das populações dos campos dependem das transferências que recebem, provenientes em geral de recursos doados de organizações internacionais. Em 2010, havia cerca de 5.000 empresas em Dadaab, que variam de pequenos comerciantes a grandes negócios, com um faturamento anual de milhões de dólares. A economia de refugiados em Kakuma é igualmente dinâmica: a maioria dos refugiados envolvidos em atividades econômicas no campo trabalha para agências humanitárias, em lojas ou em construção. Somente 2% dos refugiados em Dadaab em 2013 contavam inteiramente com a assistência humanitária e, por outro lado, em Kakuma somente 4% conseguiam se sustentar independentemente (Ibid., p. 8-9, 19).

Não só dentro dos campos, mas em geral as atividades dos refugiados impactam bastante na economia local. A cidade de Dadaab, por exemplo, cresceu por conta das pessoas refugiadas e as diversas agências humanitárias, que fornecem “um mercado exclusivo para os negócios da comunidade” (ATAIDES, 2019, p. 51). Mesmo quando não há trabalho formal, os refugiados engajam-se em diversas formas de atividade econômica (FOX; KAMAU, 2013, p. 3; BETTS; OMATA; STERCK, 2018, p. 42).

Muitas mulheres refugiadas se envolvem em atividades econômicas e colaboram com outras mulheres da mesma nacionalidade em pequenas cooperativas. No entanto, elas frequentemente enfrentam restrições em relação ao seu gênero em suas atividades, e tendem a conseguir renda mais baixa que os homens. As mulheres do Sudão do Sul em Kakuma desempenham um ativo papel na revenda de provisões alimentares a comerciantes locais. Este mercado secundário parece ser sistematicamente organizado por vários grupos de mulheres no campo, em que elas se reúnem para agrupar os itens recebidos, a fim de vender a um preço fixo. Os congolese possuem reputação regional por seu interesse em moda e por seu conhecimento sobre *bitenge*⁵, que também é popular entre as mulheres quenianas. Ao optar por vender esse produto, as mulheres passam a capitalizar sobre um bem cultural (BETTS; OMATA; STERCK, 2018, p. 37).

No cenário apresentado sobre os campos de refugiados no Quênia, pode-se perceber um retrato geral de inatividade das pessoas que ali vivem, subjugadas à manutenção de relações coloniais de poder muitas vezes expressa por meio das organizações humanitárias. Todavia, as pessoas que vivem ali não perdem sua agência ou capacidade de modificar seu destino dentro destes espaços, como na instituição de comércios, iniciativa tomada também por mulheres. Na próxima seção serão abordados os campos saharauis.

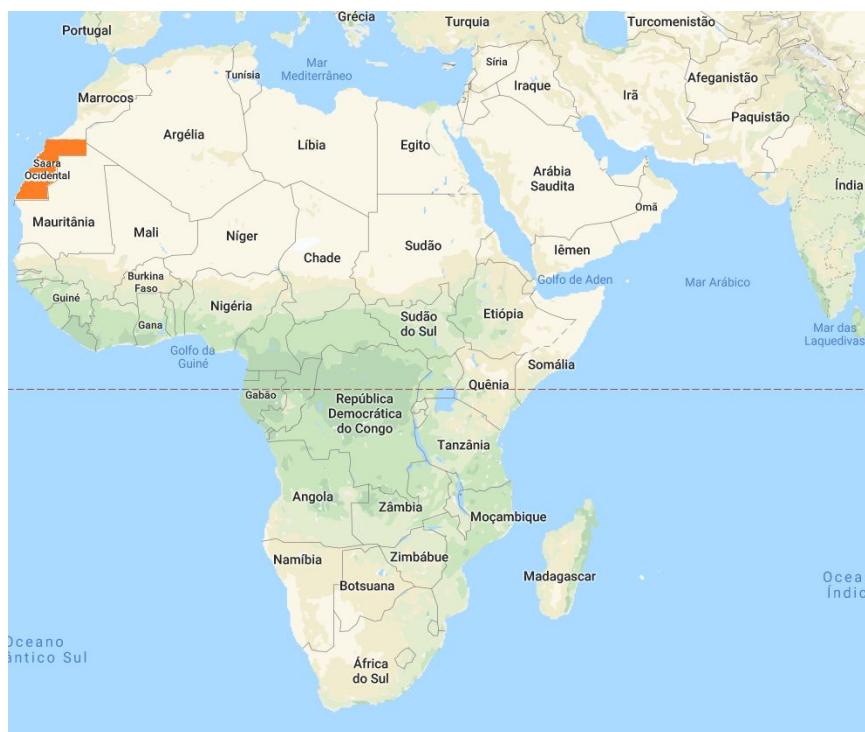
2.2 OS CAMPOS DE REFUGIADOS SAHARAUIS

O Sahara Ocidental é o único território que mantém status de colônia em todo o continente africano, cujo processo de descolonização começou em 1963 e ainda não foi concluído. A Espanha, o país colonizador, cedeu o controle do território à Marrocos e Mauritânia, o que desencadeou um conflito armado com a Frente Polisario, o movimento de

⁵ *Bitenge* são pedaços de tecido coloridos geralmente usado por mulheres e enrolado no peito ou na cintura, sobre a cabeça como um lenço ou como um estilingue de bebê.

libertação do povo saharauí que, desde 1979, é considerado pela ONU como representante legítimo do povo saharauí. Esse conflito é responsável por um grande fluxo de refugiados saharauís (OXFAM, 2005, p. 20, 4; TAVARES, 2018). Segue a localização do território:

Mapa 04: Continente africano com destaque no Sahara Ocidental



Fonte: Google Earth Maps, destaque por elaboração própria

O território foi uma colônia espanhola de 1884 até meados da década de 1970. Devido a instabilidade interna, a Espanha preferiu voltar seus esforços para dentro e resolveram terceirizar suas funções. A metrópole retirou-se oficialmente e declarou unilateralmente que não era mais o poder administrativo do território saharauí em 26 de fevereiro de 1976. Em maio de 1973 nascia o principal movimento anticolonial, a Frente Popular de Libertação (Frente Polisário), a qual ganhou apoio popular resistindo primeiro aos espanhóis e, posteriormente, reivindicações marroquinas e mauritanas sobre o território. Um dia depois da saída oficial espanhola, a Frente proclamou o nascimento da República Democrática Árabe Saharauí.

O conflito no Saara Ocidental inicia-se com a assinatura dos Acordos Tripartidos, no qual a Espanha divide e transfere o território saharauí, até então seu protetorado, para a Argélia, Mauritània e Marrocos. Supostamente em caráter temporário, até que as condições

necessárias para a celebração de um Referendo popular que decidisse pela independência do território fossem dadas (ESCODA, 2013, p. 4; FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 93-4).

Na espera pelo prometido referendo ao povo saharauí que garantiria sua independência, o Marrocos inicia seus esforços de ocupação do território, empreendendo a chamada Marcha Verde, com 350 mil civis migrando e ocupando a região e depois trazendo consigo outros 20 mil soldados. Concomitantemente, as forças mauritanas entraram pelo sul, ignorando as resoluções das Nações Unidas que condenavam a marcha e exigiam seu término (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 93). Os bombardeios de fósforo branco e napalm sobre a população civil como parte da estratégia marroquina provocam o exílio de milhares de pessoas (MARTÍN, 2004, p. 890).

O povo saharauí se vê da noite para o dia obrigado a fugir e seu destino é o deserto de Tindouf, na Argélia. Este país oferecia apoio à Frente Polisário e permitiu o estabelecimento de bases de treinamento para resistências que, após a Marcha Verde, convertem-se nos Acampamentos Saharauís, onde reside esse povo após sua fuga (ESCODA, 2013, p. 4).

A Mauritânia decidiu por deixar o conflito em 1979 em vista os altos custos e reconhece o Polisário como representante legítimo do Sahara Ocidental em 1984, além de outros 70 países -majoritariamente so Sul- que estabelecem relações diplomáticas com o país, reconhecendo-o como um Estado legítimo. No entanto, a guerra prossegue por mais 16 anos, constituindo uma das situações de refúgio prolongado mais duradouro na história contemporânea, e que permanecem nos acampamento há 40 anos. Na década de 1980, o Marrocos construiu um muro com o intuito de manter seu domínio sobre o território, e controla cerca de 80% da superfície do Sahara Ocidental (TAVARES, 2018, p. 21; ESCODA, 2013, p. 4; FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 94). O mapa a seguir retrata a separação do território saharauí.

Mapa 05: Divisão Territorial do Sahara Ocidental



Figura 01: Mapa Saara Ocidental (FONTE: UJS, 2016).

Fonte: Filhas das Nuvens: Resistências femininas e representação política no Saara Ocidental, TAVARES, 2018

Embora tenha-se criado uma Missão da ONU para a realização do referendo para o Saara Ocidental, um referendo ainda não foi realizado. A descoberta de petróleo na costa do território, rico em fosfato, reduz ainda mais a probabilidade de esse conflito ser resolvido no curto e no médio prazo (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 93-4). Até hoje as tensões se mantêm, ainda que os saharauis tentam atuar por meio de negociações mediadas pelas Nações Unidas ou informais, todavia parecem ter estagnado com a falta de soluções aceitas por ambas as partes (TAVARES, 2018, p. 12).

A partir do início do conflito, foram construídos campos de refugiados para abrigar essas populações, desenvolvidos principalmente por coletivos de mulheres, que estruturaram o setor administrativo além de sistemas educacionais, de saúde e de justiça. Os campos de refugiados saharauis na argélia chegam a ocupar 6000 km², e estão divididos em cinco campos ou *wilayas*: Laayoune, Aousserd, Smara, Boujdour e Dakhla, um pouco mais afastado. A essas cinco entidades se juntam Rabuni, que seria referente à capital político-administrativa, onde estão localizadas as diferentes instituições e autoridades das pessoas que vivem ali. Os nomes são em referência a antigas cidades saharauis. Nesses espaços formam-se “cidades de tendas” financiadas inteiramente por fundos externos. (BLACK, p. 4, 1998; OXFAM, 2015, p. 6-7). Cada *wilaya* acabou por se especificar um

pouco mais em cada setor e mercado, sendo um mais voltado à educação, o outro à saúde, à administração pública, ao comércio e assim por diante (DREVEN; POPRASK; RAMSAK, 2016, p. 10; ALMEIDA, 2019). O mapa a seguir apresenta a localização destes acampamentos:

Mapa 06: Campos de Refugiados Saharais na Argélia

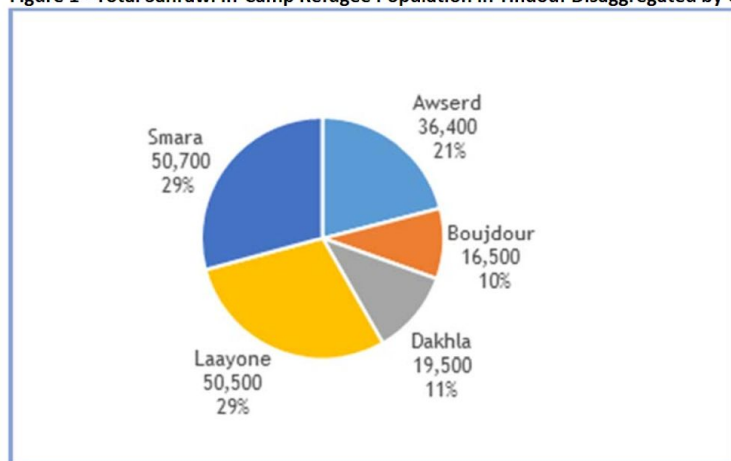


Fonte: Relatório 4o Años de Exilio: Los Refugiados saharais, ¿abandonados por la comunidad internacional?, OXFAM, 2005

A Polisario calcula em 165 mil refugiados saharais vivendo nos campos de refugiados em Tindouf, na Argélia e o ACNUR aponta para 116 mil (TAVARES, 2018, p. 12-13, 24). Aproximadamente 38% da população é de jovens, até 17 anos e, diferentemente dos complexos de Dadaab e Kakuma apresentados anteriormente, a porcentagem de idosos é representativa, em um total de 10,6%. Os restantes 52% possuem faixa etária entre 18 e 59 anos. Dentre esses habitantes, há uma divisão próxima entre homens e mulheres, sendo os homens 51% e as mulheres 49% (UNHCR, 2018, p. 5, 22). A distribuição dessas pessoas nos 6 campos é também bastante equilibrada, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 01: Distribuição da População Saharai por Campo de Refugiado

Figure 1 - Total Sahrawi In-Camp Refugee Population in Tindouf Disaggregated by Camp



Fonte: UNHCR, Sahrawi Refugees in Tindouf, Algeria: Total In-Camp Population, 2018

Depois de 40 anos que a crise foi desencadeada, os refugiados saharauis se vêm obrigados a viver em situações bastante precárias, ansiosos por poder tomar rumo da própria vida, já que ali suas opções são bastante limitadas (OXFAM, 2005, p. 2).

Embora os campos estejam fisicamente em território argelino, a Polisario é a única autoridade com a qual os residentes do campo têm contato regular. O governo argelino cedeu a administração de fato a Polisario logo que chegara ao seu território, deixando à cargo da população saharai sua organização e também manutenção. Após o estabelecimento dos acampamentos, em meados da década de 1970, a Polisario desenvolveu sua própria constituição, força policial, campos de prisão militares e sistemas estatais e religiosos (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p.95) e assumiu a responsabilidade da arrecadação de recursos, e recorreu então à comunidade internacional para a proteção dos refugiados. Desde então, a ONU e demais organizações⁶ prestam ajuda a quem vive nos campos (OXFAM, 2005, p. 5 e 6).

Segundo Tavares, houve um processo gradual de arrecadação de ajuda externa e do aumento da dependência de recursos de organizações internacionais para a sustentação do funcionamento dos campos. Até final dos anos 1980, a ajuda humanitária provinha em geral de países que apoiam a causa saharai, como Cuba e Argélia. Em um próximo momento, para

⁶ Dentre as principais ONGs presentes nos campos saharauis pode-se destacar a Oxfam, Madre por la Plaza de Mayo, Anistia Internacional, Humans Rights Watch, Médicos del Mundo Espanha, Media Luna Roja Argélia e Cruz Vermelha

conseguir manter o fluxo de alimento, água e materiais de higiene, como tendas, mobília para escritórios e escolas,

organizações e agências internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o Programa Mundial de Alimentos e União Europeia, e algumas Organizações Não-Governamentais europeias iniciaram programas de assistência e desenvolvimento à população refugiada (TAVARES, 2018, p. 44).

Embora a maior parte dos recursos sejam trazidos de fora dos campos, a distribuição normalmente é feita por refugiadas saharauis, ao invés de trabalhadores humanitários estrangeiros (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 96), e é de incumbência das mulheres, visto que a maioria dos homens estão em conflito na busca pela independência saharauis, a recepção, manuseio e distribuição da assistência humanitária básica que chega aos campos. Elas são responsáveis por todos os aspectos da vida dos refugiados, administração, estruturas governamentais locais, os comitês de bairro, escolas, centros de atendimento médico e projetos de infraestrutura sanitária, sendo mais de 90% dos educadores mulheres e há algumas doutoras também, que obtiveram seus títulos em outros países como Cuba, Líbia e Argélia. Nos anos 2000, 2002 e 2004 as mulheres saharauis constituíam 80% dos trabalhadores da saúde em 29 centros de saúde nos campos e 60% dos equipe médica e paramédica e professores do campo. Isso aumentou muito a autoestima e o respeito das mulheres entre os membros da família (BAINES, 2001, p. 29; ESCODA, 2013, p. 9 e 14; MARTÍN, 2004, p. 898-9; FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 96).

Nesses campos, segundo relatório da Oxfam (2005, p. 6 e 7), há participação direta de seus habitantes, em que são eleitos chefes dos bairros e há também eleições para representantes no Congresso da Frente Polisario. A população conta ainda com uma capital político-administrativa, onde estão localizadas as diferentes instituições e autoridades dos refugiados. Os campos ainda se dividem em *wilayas*, os quais são administrativamente divididos em 29 províncias ou *dairas* e 116 bairros. A administração das *dairas* depende dos “chefes”, elegidos pelos seus habitantes. Esses cargos são majoritariamente ocupados por mulheres. As *wilayas* são administradas por um governador designado pelo presidente da República Árabe Saharaui Democrática (RASD), e neste caso há pouca participação das mulheres. O presidente é eleito pelos representantes locais do Congresso da Frente Polisario.

Em conjunto com a comunidade internacional, os refugiados conseguiram construir colégios primários e secundários e centros de formação e mais tarde centros de saúde e alguns hospitais. Todavia, apesar dessa instrumentalização e elevado nível educativo, as opções são bastante limitadas (Ibid., p. 2 e 8). A organização desses campos é de responsabilidade majoritária das mulheres, que apesar das adversidades conseguiram garantir acesso à saúde e educação a todos e de forma universal (TAVARES, 2018, p. 41). Essas conquistas básicas foram efetivadas com uma dificuldade extra, já que os doadores internacionais ainda tendem a considerar a situação como temporária e investem em projetos de curta duração, tornando difícil a manutenção desses centros (OXFAM, 2005, p. 13).

Outra demonstração da agência dos refugiados nesses campos são organizações como UJSARIO (união de Jovens), UESARIO (União de estudantes) e UNMS (União de Mulheres), que constituem os pilares da sociedade civil saharai. Seus objetivos vão desde a criação de espaços para diálogo, realização de atividades de sensibilização e informação ao estabelecimento de redes regionais (Ibid., p. 17). Além disso, nos últimos anos, as pequenas empresas se multiplicaram, e há também pessoas, principalmente homens, que vão trabalhar fora dos campos e mandam parte de sua renda para a família. Para facilitar, a locomoção e os negócios, há ônibus que passam duas vezes por dias por dentro dos campos. Além desses comércios, quase não existem opções para gerar renda: encontrar emprego em uma ONG internacional, tentar um cargo na administração pública, juntar-se ao exército do autoproclamado RASD ou se envolver em contrabando (DREVEN; POPRASK; RAMSAK, 2016, p. 10; OXFAM, 2015, p. 15; ALMEIDA, 2019⁷).

Desde o início do conflito, quando a sangrenta guerra entre Marrocos e o Polisário começou, as mulheres da União Nacional de Mulheres Saharauis (UNMS) entraram em ação tomando armas, cuidando dos prisioneiros capturados e daqueles que precisavam deixar suas casas e buscavam refúgio na Argélia (Ibid., p. 14). Como argumentam muitas mulheres saharauis: “as mulheres não são nada sem o país, e o país não é nada sem as mulheres” e um dos lemas da UNMS é: “autodeterminação dos povos, autodeterminação das mulheres (MARTÍN, 2004, p. 896).

⁷ Entrevista concedida por ALMEIDA, Mariana Martins. [06 de novembro de 2019]. Entrevistadora: WENDEL, Lorena

Qasmiyeh coloca que mulheres e homens refugiados saharauis têm orgulho das contribuições das mulheres para a manutenção dos campos. A singularidade e a superioridade da organização social dos refugiados saharauis têm sido sistematicamente proclamadas por acadêmicos ocidentais e trabalhadores de ONGs, ressaltando os papéis ativos das mulheres saharauis como distribuidoras de ajuda, enfermeiras, professoras, construtoras, como membros da UNMS e da Frente Polisario, e como indivíduos que receberam treinamento militar para proteger os campos, se precisarem. Harrell-Bond relata que a Frente Polisario construiu “uma nação democrática do século XX, a igualdade das mulheres sendo uma das características mais fortes de sua organização social (QASMIYEH, 2010, p. 67-8). O Comitê Executivo do ACNUR declarou inclusive que as Nações Unidas estão aprendendo com a União das Mulheres Saharauis (Ibid., p. 69).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo foi abordado a organização e o contexto de formação dos campos de refugiados na Argélia e no Quênia, assim como o papel que as pessoas em situação de refúgio exercem dentro destes espaços, que chegam a aglomerar mais de 400 mil pessoas, como é o caso de Dadaab, no Quênia, o que excede em grande medida as recomendações do ACNUR. No entanto, a entrada dessas pessoas é tamanha, que os países encontram como solução juntá-las onde consideram mais seguro e com menor interferência em seu território

Um dos casos estudados foram os campos do Quênia, que desde o final do século passado vêm apresentando uma enorme demanda por pessoas em situação de refúgio, e se viram obrigados a mudar sua postura, de abertos e buscando integrar essas pessoas à população local para a exclusão em campos de refugiados gerenciados por agências humanitárias. Pelas suas grandes dimensões, esses acampamentos ganharam bastante atenção internacional e da academia ocidental, que retrata, como demonstra a descrição destes complexos feita no capítulo, uma relação de dependência entre aqueles que buscam refúgio e aos que lhe concedem, sendo os primeiros advindos do continente africano, *lócus* de uma história de dominação e hierarquização, promovida pelo Ocidente, de onde são a maior parte das organizações humanitárias internacionais que promovem assistência. Mantém-se também uma imagem sexista das mulheres, que aparecem em grande parte como demonstração da

violência dos refugiados, que serve também como uma maneira de atrair a atenção internacional para os campos e chocar a população ocidental.

Nos campos saharauis, a situação se coloca bastante diferente, com o predomínio da administração pela própria população, principalmente mulheres. A ajuda externa ainda se faz necessária para a manutenção da entrada de recursos, e a própria população do campo advoga para conseguí-la, no entanto, não permitiram que elas tomasse o controle da organização do campo. Esse espaço de poder estabelecido pela população garante a agência dos indivíduos que vivem ali de forma mais ativa, e um sentimento de impotência menor. Tendo em vista a excepcionalidade apresentada no caso dos campos saharauis, começam a aparecer pesquisas acadêmicas que buscam entender como funcionam esses espaços e porque as mulheres assumiram posição de destaque. No próximo capítulo será estudada a construção da imagem das mulheres refugiadas no cenário internacional a partir de produções acadêmicas ocidentais acerca dos campos argelinos e quenianos.

UMA PROJEÇÃO OCIDENTAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

Este capítulo busca abordar a produção acadêmica referente à posição das mulheres que vivem em situação de refúgio nos campos localizados no Quênia e os saharais, na Argélia. Como será analisado, as mulheres são retratadas de maneiras bastante divergentes nestes dois casos, sendo os primeiros um retrato das compreensões gerais disseminadas sobre as mulheres nesses espaços, e os segundos como uma exceção, que foge desse padrão, onde as mulheres possuem papel de destaque na organização e manutenção dos campos e baixos índices de violência.

Os materiais utilizados foram majoritariamente artigos acadêmicos, produções literárias e uma entrevista, assim como relatórios de ONGs internacionais. O capítulo está dividido em três partes: a primeira onde é feita uma análise da representação das mulheres que vivem nos campos quenianos a partir de autoras em sua maioria brancas e ocidentais; a segunda segue a mesma linha de investigação porém sobre os campos saharais; por fim, faz-se uma análise geral sobre esses estudos.

O primeiro recorte de bibliografia para a elaboração desta pesquisa conta com 54 materiais que incluem relatório de organizações internacionais humanitárias e o ACNUR, assim como uma grande quantidade de artigos científicos, livros e produções acadêmicas em geral, às quais são predominantemente ocidentais. Esta seleção foi feita com base na maior acessibilidade, cujos métodos foram a utilização da ferramenta Google Scholar e a busca por referências nos próprios textos que já haviam sido escolhidos.

Após uma observação mais atenta sobre os/as autores/as e a maneira como retratam em sua escrita tanto a organização dos campos, a vivência de seus habitantes quanto o papel das mulheres, e uma pesquisa sobre seus gêneros, origem e etnia, percebeu-se que a maioria possui nacionalidade europeia ou estadunidense e são brancas. Por se tratar de uma temática de gênero, grande parte das autoras são mulheres, apesar de haver exceções.

Foi elaborada uma tabela com os autores previamente selecionados, a qual expõe a ocidentalidade das pesquisas acadêmicas sobre refúgio e a representatividade das mulheres nos campos de refugiados, apresentada a seguir:

Tabela 02: Autores Selecionados no Primeiro Recorde de Bibliografia para esta Monografia

Tabela de Autores Utilizados na Primeira Seleção de Bibliografia			
Nome	Gênero	Cor	Local
AGIER, Michel	H	Branco	França
BARBOSA, Raul Felix	H	-	Brasil
RODRIGUES, Viviane Mozine	M	-	Brasil
BARNETT, Michael N	H	Branco	EUA
FINNEMORE, Martha	M	Branca	EUA
BLACK, Richard	H	Branco	Inglaterra
COOLEY, Alexander	H	Branco	EUA
RON, James	H	Branco	EUA
CRISP, Jeff	H	Branco	Inglaterra
CZAIKA, Mathias	H	Branco	Áustria
FRATTINI, Eric	H	Branco	Peru
HARRELL-BOND, Barbara	M	Branca	Inglaterra
NGUNJIRI, Philip	H	-	Quênia
PETEET, Julie	M	Branca	EUA
PUGGIONI, Raffaella	M	Branca	Inglaterra
QUIJANO, A	H	Branco	Peru
RAMADAN, Adam	H	Branco	Inglaterra
RITCHIE, Genevieve	M	-	Canadá
TAVARES, Mariana	M	Branca	Brasil
VOUITIRA, E	M	Branca	Grega
MARTÍN, Rocío Medina	M	Branca	Catalunha
ESCODA, Esther Gutierrez	M	-	Catalunha
GILES, Wenona	M	Branca	Irã
Jennifer Hyndman	M	Branca	Canadá
TURSHEN, Meredith	M	Branca	Inglaterra
KNEEBONE, Susan	M	Branca	Austrália
QASMIYEH, Elena Fiddian	M	Branca	Inglaterra
BUCKLEY-ZISTEL, Susanne	M	Branca	Alemanha
KRAUSE, Ulrike	M	Branca	Alemanha
OSLEN, Odd Einar	H	Branco	Noruega
SCHARFFSCHER, Kristin S	M	Branca	Noruega
KANDIYOTI, Deniz	M	Branca	Turquia
MARTÍN-LUCAS, Belén	M	Branca	Espanha
BAINES, Erin K	M	Branca	EUA
HORN, Rebecca	M	-	-
HYDER, Adnan A	H	Branco	Paquistão
NOOR, Zarin	M	Branca	EUA
TSUI, Emma	M	Branca	EUA
FITZGERALD, Mary Anne	M	-	África do Sul
MÜLLER, Pascale	M	Branca	Alemanha
POLAT, Yasmin	M	Branca	Alemanha
SUKHARCHUCK, Daria	M	Branca	Alemanha
LUIS, Alexandra Alves	M	-	Portugal

Fonte: elaboração própria

Dentre esta seleção, daqueles que foi possível identificar a etnia segundo disponibilidade de fotos, todos/as são brancos/as, fato bastante alarmante e que por si só demonstra uma hierarquia racial no meio acadêmico. O saldo quanto à representatividade de gênero é positivo, sendo dois terços dos autores mulheres. Em relação à nacionalidade, 76,6% são do Norte Global, e apenas 23% do Sul, sendo somente um autor nativo de um dos complexos estudados, o professor queniano Philip Ngunjiri.

A seguir, serão apresentados alguns desses autores, de acordo com a sua relevância no meio acadêmico internacional referente ao debate sobre refúgio e mulheres, assim como pela quantidade de vezes que foram citados nesta pesquisa, são eles: Barbara Harrell-Bond, Jeff Crisp, Wenona Giles, Jennifer Hyndman, Susanne Buckley-Zistel, Ulrike Krause, Kristin Scharffscher, Elena Fiddian-Qasmiyeh e Rocío Medina Martín. As autoras serão expostas em conjunto com seus discursos sobre o papel e vivência das mulheres nos campos de refugiados no Quênia e na Argélia.

3.1 AS REFUGIADAS NO QUÊNIA, UM CASO ‘UNIVERSAL’

⁸Segundo Jeff Crisp, relatórios sobre a situação dos campos no Quênia mostram que a violência doméstica é uma ocorrência regular dentro dos campos (CRISP, 1999, p. 5). Este autor é um homem branco e inglês. Possui PhD da Universidade de Birmingham sobre estudos africanos, e suas áreas de especialização são refugiados, migração, África e questões humanitárias. Passou por diversos cargos de responsabilidade em instituições ligadas à refúgio, como a Refugees International e hoje é afiliado à Chatham House e ao Centro de Estudos para Refugiados da Universidade de Oxford. O autor alega que o abuso sexual e a violência constituem uma realidade diária para pessoas em situação de refúgio que vivem no norte do Quênia, particularmente para mulheres e meninas. A mutilação genital feminina, por exemplo, é amplamente praticada entre os refugiados somalis, se não universalmente efetuada. Alguns ativistas de direitos humanos também alegam que o abuso sexual é predominante entre as meninas e adolescentes sudanesas em Kakuma, muitas das quais chegaram ao Quênia como menores não acompanhadas e continuam vivendo sozinhas no acampamento (CRISP, 1999, p. 6).

⁸ A apresentação dos/das autores/as será feita em conjunto com as respectivas análises sobre as mulheres nos campos de refugiados, de forma a identificar os locais de fala com os discursos proferidos.

Embora essas formas de insegurança tenham permanecido amplamente ocultas da visão externa, o problema da violência sexual nos três campos em torno de Dadaab atraiu bastante atenção internacional nos últimos anos. Após uma visita a Dadaab em abril e maio de 1993, por exemplo, o Comitê de Advogados de Direitos Humanos informou que espancamentos de refugiadas, agressão sexual e estupro eram ocorrências diárias. Kakuma parece ser muito menos afetado por esse problema, embora alguns observadores tenham sugerido que isso ocorre porque poucos dos estupros que ocorrem dentro e ao redor do campo são relatados. Crisp (1999, p. 7) alega que entre mulheres refugiadas de 12 a 50 anos, cerca de 80% dos estupros ocorrem no mato que circunda os campos durante as horas do dia, quando mulheres e meninas somalis são obrigadas a coletar lenha e materiais de construção.

O autor escreve ainda sobre um relatório sobre o Quênia publicado pela organização Refugees International que afirma que o estupro é uma arma de guerra, um ato de agressão por um clã ou sub-clã contra outro e que ocorre mesmo dentro dos campos, tornando-se necessário cuidar para não colocar clãs inimigos residindo nos mesmos espaços (Ibid., p. 8).

Em conjunto, Wenona Giles e Jennifer Hyndman escrevem no livro *Sites of Violence: Gender and Conflict Zones* que tendo em vista os casos de violência sexual contra mulheres refugiadas somalis na Campos de Dadaab, o ACNUR contratou um consultor para investigar tais acusações. Sete meses depois, seu relatório continha 192 casos específicos de estupro entre meninas e mulheres refugiadas, Giles e Hyndman (2004, p. 204) observam que esses casos eram “apenas a ponta do iceberg”.

Crianças relatam tentativas de estupro principalmente quando vão usar os banheiros ou tomar banho, pois ficam todos no mesmo local, apesar de divididos por gênero. Elas dizem que os homens vigiam quando vão ao banheiro e então as seguem e tentam estuprá-las (ACNUR; Save the Children-UK, 2002, p. 12). Aqueles que deixam os campos em busca de combustível para cozinhar - predominantemente mulheres e meninas - correm o risco de serem atacadas (GILES; HYDMAN, 2004, p. 193).

Wenona Giles é uma mulher branca e nascida no Irã, com cidadania canadense assim como do Reino Unido. A autora é professora emérita no departamento de antropologia da Universidade Iorque, em Toronto, Canadá, possui Phd em antropologia pela Universidade de Toronto e é membro da Sociedade Real do Canadá. Ela tem como área de estudo gênero, migração, globalização e refúgio. Giles liderou o lançamento do Projeto de Educação Superior Sem Fronteiras para Refugiados (BHER) em 2011, que permite as pessoas nos

campos de refugiados de Dadaab obtenham certificados e diplomas da Universidade de York, da Universidade da Colúmbia Britânica no Canadá e da Universidades de Moi e Kenyatta no Quênia. Jennifer Hyndman é uma mulher branca de naturalidade indefinida. A autora é professora no departamento de Ciências Sociais e Geografia e já foi diretora do centro de Estudos para Refugiados da Universidade de York, e possui PhD na University of British Columbia. Seus temas de pesquisa são mobilidade, deslocamento e segurança.

Susanne Buckley-Zistel e Ulrike Krause escrevem que casos de violência sexual e de gênero surgem devido às condições particulares nas instituições de refúgio. O que torna as situações dos refugiados particular é que indivíduos são retirados de seu contexto cotidiano nos quais suas vidas sociais seguem certas normas e regras sedimentadas ao longo do tempo. Essas normas e regras são desafiadas pelas limitações encontradas no deslocamento, onde grande parte do mundo social, econômico e político é imposto de maneira restritiva. Muitas vezes, os refugiados acabam em uma situação de dependência de instituições e pessoas em posições de poder, tornando-se vulneráveis ao abuso (BUCKLEY-ZISTEL; KRAUSE, 2017, p. 1).

Uma situação que traz desconforto aos homens é a preferência, em alguns projetos, pela proteção das mulheres, já que são consideradas mais afetadas e vulneráveis, o que acarreta em um desequilíbrio de poder entre mulheres e homens, desafiando o relacionamento anterior à fuga, no qual os homens eram chefes de família e os tomadores de decisão (Ibid., p. 4). Alguns refugiados do sexo masculino descreveram ainda desconfiar das respostas das agências, alegando que elas favorecem as mulheres e priorizam protegê-las a todo custo, mesmo que isso signifique separá-la da família (HORN, 2010, p. 160). Onde existe um programa de assistência às mulheres refugiadas, deve-se levar em consideração a resistência masculina. Muitos homens se opõem a que suas esposas participem de organizações de mulheres (HARRELL-BOND, 1986, p. 274).

Susanne Buckley-Zistel é uma mulher branca alemã que atua como diretora do Centro de Estudos de Conflitos da Universidade de Marburg. Dentre os seus temas de estudo estão relações internacionais, construção da paz, justiça transicional, gênero e direitos humanos. Ulrike Krause é também uma mulher branca alemã, atua como professora 'júnior' de Migração Forçada e Estudos para Refugiados no Instituto de Pesquisa em Migração e Estudos Interculturais (IMIS) e no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de

Osnabrück. A professora estuda proteção humanitária a refugiados, deslocamento forçado, gênero e violência baseada em gênero, com foco na África Oriental.

Outra autora citada foi Barbara Harrell-Bond, que representa uma referência na área de estudos migracionais e amplamente citada. Ela é uma mulher branca, nascida nos Estados Unidos e doutora em filosofia pela universidade britânica Lady Margaret Hall. Harrell-Bond fundou o Centro de Estudos para Refugiados da Universidade de Oxford, a primeira instituição do mundo para o estudo de refugiados e quando estava na Uganda, ela fundou o projeto de Lei dos Refugiados e fez o mesmo no Egito. Em 2005, a autora foi nomeada Oficial da Ordem do Império Britânico por suas contribuições aos estudos sobre refugiados.

De acordo com essas autoras, liberdades civis e permissões de trabalho restritivas, a falta de meios de subsistência econômicos e de acesso a recursos e mercados muitas vezes levam os refugiados a não conseguirem desempenhar seus antigos papéis de gênero. Por exemplo, os homens podem não ser capazes de cumprir o papel de provedor da família e sentem que falharam em protegê-la, e as mulheres podem ter que assumir responsabilidades adicionais. A perda de status pode ser um problema grave para os homens, e pesquisas sugerem que eles são mais propensos do que as mulheres a expressar sua frustração de maneiras socialmente problemáticas, como crescente abuso de drogas e álcool, o que leva a um aumento de agressões e violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, como forma de recuperar um pouco de seu senso de poder (BUCKLEY-ZISTEL; KRAUSE, 2017, p. 7-8; HYDER; NOOR; TSUI, 2007, p. 1537; HARRELL-BOND, 1986, p. 282). 61 % das refugiadas relatou ter sofrido violência por um parceiro íntimo em sua vida, sendo 47% nos últimos 12 meses (WHAT WORKS, 2018, p. 31).

A violência por um parceiro íntimo foi reconhecido como um problema significativo entre comunidades deslocadas à força e, segundo Horn (2010, p. 160), um grande progresso foi feito pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Essa situação se torna mais complicada em exílio pois as mulheres têm menos oportunidades de chamar a atenção para sua situação. Os refugiados enfrentam más condições de vida, altas taxas de desemprego e superlotação nos campos, os quais podem aumentar as tensões familiares (HYDER; NOOR; TSUI, 2007, p. 1537).

Em geral, nos campos de refugiados, mulheres e meninas não apenas não aumentam seu status dentro do campo, mas são de fato ainda mais negligenciadas, especialmente se já sofreram abuso sexual antes de chegar. De acordo com o ACNUR, “refugiados e pessoas

deslocadas internamente, que não desfrutam da proteção de seus próprios governos, estão entre as mais vulneráveis a atos de violência, incluindo violência sexual e de gênero” (MARTÍN-LUCAS, 2009, p. 137). Meninas também são forçadas a se casar cedo, a fim de aliviar as famílias da carga financeira de sustentá-las (ACNUR; Save the Children-UK, 2002, p. 10).

Pascale Müller, Yasmin Polat e Daria Sukharchuck trazem o relato de uma refugiada em Hagadera, um dos campos do complexo de Dadaab, em que um dia, enquanto buscava lenha para cozinhar para sua família, Amina diz que foi atacada por três homens que a derrubaram no chão e se revezaram em estuprá-la. Um mês após o ataque, o caso de Amina finalmente foi registrado. Ela foi encaminhada ao Hospital Hagadera, uma instalação no campo administrada pelo Comitê Internacional de Resgate. "Quando contei a eles, eles me aconselharam e fui levada para fazer o teste de HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis. [...] Isso (estupro) acontece com muitas de nós a caminho de Dadaab, ou quando vamos procurar lenha" (MÜLLER; POLAT; SUKHARCHUCK, 2017).

No campo de refugiados de Kakuma, no norte do Quênia, o seqüestro de mulheres e crianças constitui um importante meio de perpetuar a violência de gênero. As mães temem pelas filhas que, aos 15 anos, são consideradas pelos homens como prontas para o casamento. Essa situação, em contexto de refúgio, pode ser intensificada visto a precariedade das condições de subsistência, reforçando a tese colocada anteriormente de casarem as filhas cedo para aliviar a responsabilidade de sustentá-la (FITZGERALD, 1999).

Refugiadas relataram terem sido atacadas enquanto caminhavam à noite, buscando água nas torneiras do acampamento, coletando lenha no mato ou usando instalações sanitárias fora de casa. Mães e mulheres em geral quando solteiras ou com parceiros ausentes também relataram não se sentirem seguras em suas próprias casas à noite, pois moravam sozinhas e sentiam que não havia ninguém para protegê-las. Como uma mulher de 34 anos detalhou:

Isso não aconteceu comigo apenas uma vez, eles vieram várias vezes à minha casa. Você sabe, o problema é com uma mulher que mora sozinha, porque não há ninguém para protegê-la. Esses casos de estupro aconteceram mais de quatro vezes ... e eu tenho provas, posso lhe mostrar ... eles afetaram a mim e aos meus filhos e mesmo quando minha filha vai à escola, ela é insultada. [...] Um dos atacantes me esfaqueou na perna e eu posso te mostrar. Agora todos no bloco sabem dos meus ataques. Meus problemas afetaram minha família, meu filho brigou com outras crianças por causa

dos insultos e ele perdeu dois dentes e um está quebrado. Fui atendida por mais de um mês ... (WHAT WORKS, 2018, p. 52, tradução própria).

De acordo com Crisp (p. 25-6, 1999), os respectivos papéis tradicionais de homens e mulheres anteriores ao campo foram sujeitos a mudanças, fator que pode ajudar a explicar os altos níveis de violência doméstica e sexual nos campos. Por um lado, os homens foram privados das funções que lhes davam autoridade e status, por outro lado, as mulheres não apenas mantiveram suas funções tradicionais, mas também receberam um reconhecimento e status adicionais do ACNUR e seus parceiros. As pessoas foram retiradas de suas vidas normais, alguns dos homens perderam seu poder como provedores de suas famílias, e a maioria das agências está mudando o foco de homens para mulheres e crianças. Como esses homens não têm emprego para sustentar suas famílias ali nos campos, eles não têm como garantir-lhes bem-estar, então acabam em uma situação em que se sentem impotentes e a única maneira que encontram, muitas vezes, de perpetuar poder e liberar suas decepções é violando as mulheres (WHAT WORKS, 2018, p. 34).

A oferta de um ‘pacote de repatriação’, nos últimos anos, para incentivar a volta dos refugiados, em maioria somalis, para os seus países e aos poucos diminuir os acampamentos no Quênia levou a um aumento da violência física e psicológica, pois os homens queriam ir embora dos campos além de receberem incentivos financeiros do ACNUR. No entanto, os campos permanecem um local de relativa segurança para as mulheres e onde há possibilidade de estudo para os filhos, enquanto seus países de origem estão destruídos e com condições precárias. Quando as mulheres hesitam ou resistem a ir embora, há casos em que foram espancadas ou até os homens se divorciarem e fugirem com as crianças (WHAT WORKS, 2018, p. 34), já que conseguiam maiores quantias de dinheiro quando levavam crianças consigo.

Outro problema causado pelo processo de repatriação nos campos quenianos foi que, com o anúncio do fechamento dos campos, muitos projetos de apoio às mulheres foram interrompidos. No entanto, o medo e a preocupação sobre a própria segurança nos campos manteve-se elevado para todas as mulheres (Ibid., p. 61). Fattini (2009, p. 315-6) traz que alguns dos funcionários dos campos no Quênia andavam com grupos de prostitutas menores de idade e que trabalhadores do ACNUR cobravam aos refugiados para conseguirem

melhores postos nas filas, podendo essa cobrança ser em serviços sexuais, as vezes com meninas entre 10 e 12 anos.

O relato de uma mulher com seus quatro filhos de seu trajeto de fuga da Somália até os campos de refugiados em Dadaab mostra a pressa e necessidade de conseguirem entrar nos campos e os meios que precisam passar para consegui-lo: “chegamos a Dadaab, mas fomos informados de que não podíamos ficar no campo até que estivéssemos registrados, por isso fizemos uma casa usando roupas e sacos rasgados e ficamos lá” (MÜLLER; POLAT; SUKHARCHUCK, 2017), e por isso que acabam ficando extremamente suscetíveis às vontades dos agentes humanitários.

A comunicação é um grande problema nos assentamentos. As mulheres em geral são as últimas a receber informações que as afetam e o fato de não falarem inglês é uma grande desvantagem, já que a maior parte das mulheres não possui domínio da língua (HARRELL-BOND, p. 269-70, 1986). Os programas para o empoderamento das mulheres podem facilmente errar seu alvo em um contexto em que a grande maioria das mulheres tem contato limitado com as instituições do estado, mercado ou sociedade civil (KANDIYOTI, 2004, p. 135).

Segundo Scharffscher, essa situação pode ser influenciada pela falta de representantes mulheres na organização administrativa, já que homens muitas vezes negam a própria existência da violência sexual e, quando uma a gerente do campo assume o comando, mudanças de gestão não passam despercebidas. Tudo se resume às prioridades financeiras e, analisando “para onde vai o dinheiro”, a proteção contra a violência sexual parece ter pouca relevância (SCHARFFSCHER, 2004, p. 390, 392). Kristin Scharffscher é uma mulher branca norueguesa e professora associada da Universidade de Stavanger.

Os agentes humanitários perceberam que os idosos locais eram os mais resistentes ao trabalho em relação às violências com base no gênero. Os trabalhadores da comunidade de refugiados alegaram, segundo relatório da What Works (2018, p. 41), que a comunidade via o trabalho das ONGs como sabotadores culturais e que apoiam os valores ocidentais. Apenas 3% das mulheres relataram que seus líderes religiosos apoiaram a decisão de buscar os serviços das ONGs sobre violência de gênero (Ibid., p. 51).

Embora as respostas da comunidade à violência doméstica possam frequentemente ser apropriadas e úteis, um estudo feito pelo ACNUR conclui que no caso de Kakuma elas não

resultam necessariamente na proteção das mulheres. No entanto, as mulheres ali evitam relatar seus casos ao ACNUR e suas agências implementadoras (HORN, 2010, p. 160).

Horn (2010, p. 167) alega que as mulheres refugiadas que sofrem de violência doméstica em Kakuma não estavam recebendo proteção adequada e a resposta das agências humanitárias não foi eficaz. Elas geralmente dependem economicamente dos seus parceiros e normas culturais e tradicionais influenciam como as mulheres lidam com agressões de gênero. Quando uma mulher é refugiada e vive em um campo, suas opções se tornam ainda mais limitadas. Ela não tem uma família extensa que a lhe proporcionar assistência e apoio se ficar em casa e seus movimentos podem ser restritos, dificultando a saída dela. As agências não estão protegendo a maioria das mulheres que sofrem de violência por um parceiro próximo em Kakuma, porque optam por não denunciá-la, portanto, permanecendo em risco de mais violências. Esse argumento coloca sobre a vítima a responsabilidade da ineficiência das agências humanitárias de lidarem com as agressões sexuais dentro dos campos.

A CBC News traz relatos de Somalis que escaparam da seca e da guerra e partiram para o campo de refugiados de Dadaab, no Quênia. Nesse trajeto, a violência sexual é comum e as mulheres ainda correm o risco de serem marginalizadas por outros refugiados se suas histórias de abuso forem ouvidas (CBC, 2011). Para as mulheres somalis, o estupro é uma experiência vergonhosa e a maioria dos incidentes não é relatado (CRISP, p. 7, 1999). No entanto, após a implementação de projetos de conscientização foi visto um aumento nos casos relatados. Em junho de 2010, foram registrados 75 casos, contra 358 no mesmo período de 2011 (MÜLLER; POLAT; SUKHARCHUCK, 2017).

Os campos quenianos são em geral retratados pela sua abundante violência de gênero dificuldade das mulheres tomarem alguma agência e preferência por resolver problemas internamente, sem envolver os aparatos institucionais dos acampamentos, o que mostra um resistência delas a moldes importados, dando preferência pelos próprios costumes. Na próxima seção do capítulo, far-se-á uma análise dos discursos referentes às mulheres nos campos saharauis.

3.2 AS REFUGIADAS SAHARAUIS: UM RELATO DA EXCEÇÃO

A descrição das mulheres saharauis no campos de refugiados aparece de maneira diferente daquelas nos campos quenianos. Harrell-Bond (1986, p. 273) alega que

aparentemente não havia tradição de mulheres se organizarem fora da unidade familiar no Nilo Ocidental, diferentemente da situação no Ocidente da África. As mulheres saharauis têm assumido várias posições de liderança na sociedade ao longo do tempo, o que representa uma diferença em relação às outras sociedades muçulmanas e árabes. Elas podem herdar propriedades e subsistem independentemente de seus pais, irmãos e maridos além de possuir um papel fundamental na vida tribal (ESCODA, 2013, p. 13).

Desde o início do conflito, quando a sangrenta guerra entre Marrocos e o Polisário começou, as mulheres da União Nacional de Mulheres Saharauis (UNMS) entraram em ação tomando armas, cuidando dos prisioneiros capturados e daqueles que precisavam deixar suas casas e buscavam refúgio na Argélia (Ibid., p. 14). Como argumentam muitas mulheres saharauis: “as mulheres não são nada sem o país, e o país não é nada sem as mulheres” e um dos lemas da UNMS é: “autodeterminação dos povos, autodeterminação das mulheres (MARTÍN, 2004, p. 896), elas foram centrais na construção e manutenção dos campos, são o pilar da sociedade saharai (ALMEIDA, 2019).

Rocío Medina Martín é uma escritora branca natural da Catalunha cujas linhas de pesquisa são as teorias críticas dos direitos humanos, epistemologias pós-coloniais e descoloniais e, em particular, as genealogias e propostas de feminismos descoloniais. A autora é doutora em Direitos Humanos e pesquisadora pelo Departamento de Filosofia do Direito da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), atua também como ativista pela causa saharai, principalmente na área de mulheres refugiadas.

O exemplo das refugiadas saharauis é único no sentido de mulheres conquistaram de maneira independente um papel predominante na sociedade como resultado de fatores sociais e históricos (BAINES, 2001, p. 29). Imagens de refugiadas saharauis ativas e instruídas são, portanto, particularmente poderosas precisamente porque são 'inesperadas', não como vítimas, mas como agentes empoderadas quando comparadas com as imagens padronizadas dos campos de refugiados (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 96 e 98).

A referência acima é de Elena Fiddian-Qasmiyeh, uma mulher branca inglesa e professora de Estudos de Migração e Refugiados além de co-diretora da Unidade de Pesquisa de Migração al co-editora da revista Migração e Sociedade. Possui doutorado em filosofia sobre Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Oxford, e estuda interseções entre gênero, geração e religião em respostas a deslocamentos induzidos por conflitos, com um foco regional específico no Oriente Médio.

Qasmiyeh coloca que mulheres e homens refugiados saharauis têm orgulho das contribuições das mulheres para a manutenção dos campos. A singularidade e a superioridade da organização social dos refugiados saharauis têm sido sistematicamente proclamadas por acadêmicos ocidentais e trabalhadores de ONGs, ressaltando os papéis ativos das mulheres saharauis como distribuidoras de ajuda, enfermeiras, professoras, construtoras, como membros da UNMS e da Frente Polisario, e como indivíduos que receberam treinamento militar para proteger os campos, se precisarem. Harrell-Bond relata que a Frente Polisario construiu “uma nação democrática do século XX, a igualdade das mulheres sendo uma das características mais fortes de sua organização social (QASMIYEH, 2010, p. 67-8). O Comitê Executivo do ACNUR declarou inclusive que as Nações Unidas estão aprendendo com a União das Mulheres Saharauis (Ibid., p. 69).

Embora a maior parte dos recursos sejam trazidos de fora dos campos, a distribuição normalmente é feita por refugiados saharauis, ao invés de trabalhadores humanitários estrangeiros (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 96), e é de incumbência das mulheres saharauis a recepção, manuseio e distribuição da assistência humanitária básica que chega aos campos. Elas são também responsáveis pelas estruturas governamentais locais, os comitês de bairro, escolas, centros de atendimento médico e projetos de infraestrutura sanitária. Isso aumentou muito a autoestima e o respeito das mulheres entre os membros da família (BAINES, 2001, p. 29; ESCODA, 2013, p. 9; MARTÍN, 2004, p. 898).

Elas são as responsáveis por todos os aspectos da vida dos refugiados, administração, saúde e educação, sendo mais de 90% dos educadores mulheres e há algumas doutoras também, que obtiveram seus títulos em outros países como Cuba, Líbia e Argélia (ESCODA, 2013, p. 14; MARTIN, 2004, p. 899). Nos anos 2000, 2002 e 2004 as mulheres saharauis constituíam 80% dos trabalhadores da saúde em 29 centros de saúde nos campos e 60% dos equipe médica e paramédica e professores do campo (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 96).

Elas fazem o papel de “mãe e pai”, pois assumem todas as funções ali nos campos enquanto os homens estão fora, e esse seu papel é reconhecido. Há uma percepção diferente do que a ocidental de que trabalho é somente aquele remunerado. Na sociedade saharauí, o papel da mulher de mãe e cuidadora da família representa um trabalho bastante reconhecido, já que sem elas não haveria família, ninguém cuidaria dos descendentes, o futuro, que tanto significa para eles, um futuro livre. As mulheres é que permitem que esse futuro se concretize (ALMEIDA, 2019).

As mulheres saharauis têm mais liberdade, ao contrário dos campos na Espanha, onde a violência contra as mulheres é comum. As refugiadas não sofrem violência doméstica nos campos e ela poderia se divorciar imediatamente do marido. Não representa um tabu, se ela quer o divórcio “ele sai pela porta da frente”, faz parte da estrutura social, mesmo partindo das mulheres (ALMEIDA, 2019). Um homem saharai seria incapaz de se casar novamente se agredisse sua esposa ou a abusasse de alguma maneira, sua reputação seria destruída (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 99; ALMEIDA, 2019).

As refugiadas saharauis formulam diversos projetos para melhorar a qualidade de vida da população que vive deslocada foram responsáveis, por exemplo, pela elaboração de um projeto que visa melhorar o estado nutricional de mulheres grávidas e lactantes que sofrem de anemia. O projeto melhorou os padrões de saúde da população refugiada, combatendo a anemia por meio de tratamento e prevenção. A estreita colaboração do ACNUR com a União Nacional de Mulheres Refugiadas do Saara envolve tanto a assistência material direta a projetos já estabelecidos pelas mulheres saharauis quanto criação de novos para promover a autossuficiência de mulheres nos campos, por meio de treinamento vocacional e de geração de renda. As mulheres saharauis receberam treinamento em áreas técnicas como agricultura, computadores e energia solar. Para alcançar mais mulheres nos campos, elas foram treinadas também para se tornarem instrutoras (BAINES, 2001, p. 29; ESCODA, 2013, p. 9).

Desde 1975, o ACNUR, em colaboração e coordenação com a Argélia, país anfitrião, implementou um programa de assistência para os 165.000 refugiados do Saara Ocidental. Para as mulheres refugiadas do Saara, o deslocamento coloca enormes desafios. A vida nos quatro campos do deserto na fronteira sudoeste da Argélia é difícil, com calor intenso e poucos recursos. Como os homens estão em grande parte ausentes dos campos, as mulheres assumiram a responsabilidade exclusiva pelos Dairas, estruturas administrativas locais. As mulheres saharauis aprenderam novas habilidades, buscaram ativamente a educação e assumiram novas posições na tomada de decisões na comunidade. O ACNUR tem trabalhado em estreita colaboração com as estruturas de mulheres refugiadas do Saara para melhorar o padrão de vida nos campos (BAINES, 2001, p. 27).

Ao contrário dos campos de refugiados que são gerenciados pelo ACNUR ou outras organizações internacionais, e apesar de sua dependência quase total de ajuda externa, os campos de refugiados saharauis continuam a ser administrados pelos representantes políticos dos refugiados saharauis, o Polisario. Segundo entrevista com Almeida (2019), os saharauis

alegam ser os únicos refugiados autônomos do mundo. Embora os campos estejam fisicamente em território argelino, o Polisario é a única autoridade com a qual os residentes do campo têm contato regular. O governo argelino cedeu a administração de fato ao Polisario logo que chegaram ao seu território, deixando à cargo da população saharai sua organização e também manutenção. Após o estabelecimento dos campos de refugiados, em meados da década de 1970, o Polisario desenvolveu sua própria constituição, força policial, campos de prisão militares e sistemas estatais e religiosos (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p.95).

A função biológica e historicamente social de mãe permite que ela seja usada como um canal de cultura e construção da nação (MARTÍN-LUCAS, 2009, p. 138 -9). As políticas natalistas continuam como parte do posicionamento político da UNMS, mas desde uma clara consciência dos direitos das mulheres, que exigem condições como:

cuando una mujer abra las piernas sepa por qué lo hace. ¿Quieres colaborar con el gobierno y aumentar la familia? Bien, pero piensa en qué condiciones. ¿Por qué se nos pide aumentar la población? Porque si no somos muchos, no nos hacen ni caso. Si sólo somos miles nos pueden acribillar, pero no tanto si llegamos al millón. Bien, pues vamos a parir pero con condiciones: que pongan alimentación, sanidad, educación, comodidad y entonces aportaremos hijos. Soy un ser humano y no un conejo (M. Mahmud) (MARTÍN, 2004, p. 900)

Harrell-Bond introduz uma crítica à essa denominação geral dos campos de refugiados saharais, alegando que é uma superexploração da imagem de liderança das mulheres e das relações democráticas. A autora acredita que a realidade é diferente desse retrato positivo. A maioria dos projetos implementados nos campos é renovada após uma avaliação inicial, dando aos agentes contratados pouco incentivo para relatar projetos com falha ou inadequados. Se os agentes contratados fossem totalmente sinceros sobre os problemas de implementação, eles poderiam prejudicar suas chances de renovação do contrato e ameaçar sobrevivência organizacional e assim de seu trabalho (COOLEY; RON, p 15, 2002).

Para garantir o apoio de atores relevantes estatais e não estatais, a estrutura presente nos acampamentos saharais ao invés de melhorar as condições de vida e aumentar a participação de todos no desenvolvimento, implementação e avaliação de projetos, prezam por manter aquilo que já foi instituído. Segundo Harrell-Bond, os refugiados têm a

consciência de que para conseguir obter recursos e o apoio dos agentes humanitários, é eficiente demonstrar aquilo que os doadores consideram como “ideal”, mostrar que os projetos que já foram implementados foram bem sucedidos e, portanto, vale a pena reinvestir nesse acampamento. A autora coloca essa indústria de ajuda como provedora de guias e discursos a serem seguidos de feminismo e empoderamento das mulheres, e quem os segue, garante financiamento contínuo. No entanto, isso leva à falha em identificar e atender às necessidades e direitos de diversos grupos de residentes do campo que não estão englobados nesse ideal (QASMIYEH, 2010, p. 65).

Existe uma imagem estática e eternizada das mulheres apresentada pelo Polisario, e esses processos de idealização influenciaram diretamente o desenvolvimento de projetos, marginalizando as necessidades e prioridades de mulheres e meninas “não ideais” com efeitos graves (QASMIYEH, 2010, p. 66 e 80). Defende-se não apenas que a violência contra as mulheres não existe no contexto de refugiados saharauí, como também criam essa imagem de igualdade como uma parte significativa da identidade saharauí projetada para o público internacional. Com isso, tornam-se cada vez mais raros os casos de violência contra as mulheres tratados de forma eficaz e integral nos campos. Fiddian-Qasmiyeh alega que não é normal que um homem bata em uma mulher na cultura saharauí, mas ninguém intervém quando isso acontece, essa sociedade também não está isenta de outras manifestações de violência contra as mulheres (2010, p. 100).

Os grupos feministas espanhóis ofereceram apoio às mulheres saharauís por meio da UNMS com base no que chamam de irmandade compartilhada, consideram uma meta compartilhada de empoderamento feminino, tendo em mente uma base comum de opressão e exploração (QASMIYEH, 2010, p. 72), e os fundos designados para a União das Mulheres podem sempre ter sido parte dos recursos potencialmente disponíveis para o Polisario, já que as questões das mulheres atraem investimentos consideráveis de organizações internacionais (Ibid., p. 71), por isso se torna tão essencial para a organização manter esses fluxos de recursos entrando, podendo esse processo ser interpretado como um meio de 'proteger' a causa saharauí (FIDDIAN-QASMIYEH, 2010, p. 104). Desenvolver campanhas que abordem as causas da violência contra as mulheres nos campos seria assim reconhecer que tal violência existe, desmantelando assim um sistema representacional desenvolvido e mantido pelo Polisario por várias décadas (Ibid., p. 105).

Já a opressão das mulheres saharauis pelo Marrocos é explicitamente mencionada em relatos, e não a opressão patriarcal dos homens saharauis, onde afirmam que há total ausência de violência contra as mulheres nos campos (QASMIYEH, 2010, p. 72). As violências que ocorreram em campo perpetuadas e sofridas por saharauis, do contrário, não recebem qualquer cobertura internacional, já que poderia ferir o conquistado status de sociedade refugiada ideal. Fiddian-Qasmiyeh alega que logo antes de ter chegado num campo saharauí em março de 2007, foi cometido um estupro coletivo (2010, p. 102). O relato de Mariana Almeida (2019), que passou duas semanas pelos campos saharauis, rebate essas proposições, e afirma que a violência possui índices baixíssimos, e pôde ver que essa opressão patriarcal, aqui retratada a partir de uma visão bastante ocidentalizada, não estava presente.

Todas as chefes de bairro são mulheres, no entanto, a presença feminina acaba ficando restrita às representações locais, no parlamento, por exemplo, menos de 40% são mulheres, 4 dos 17 ministérios e 17% da representação diplomática internacional são ocupado por mulheres. Fatma Mahdi Hassam, Presidenta da União Nacional de Mulheres Saharauis coloca que “cada vez mais mulheres têm acesso à educação secundária, estão presentes em numerosas organizações da sociedade civil, mas são menos numerosas nos espaços sócio-profissionais. Efetivamente, as mulheres ocupam apenas os espaços administrativos” (OXFAM, p. 19, 2005; MARTÍN, 2004, p. 902).

As duas principais referências nessa crítica à uma suposta supervalorização dos acampamentos saharauis são Harrell-Bond e Qasmiyeh, que são também amplamente referenciadas em bibliografias que tratam de refúgio e das questões de gênero e fazem parte das autoras ocidentais que produzem conteúdo sobre uma realidade diferente das delas, fazendo uma crítica à uma “outra”, como aquele apresentado por Said e Kilomba.

Almeida (2019) analisa essa representação feminina de maneira diferente. Ao considerar que as mulheres saharauis na realidade não possuem um papel empoderado e de destaque na sua sociedade pois ocupam poucos cargos públicos de liderança, reforça-se um viés ocidental de valores, que considera somente o trabalho remunerado e não privado como válido.

Martín (2004, p. 903) acrescenta que o sentimento disseminado de responsabilidade perante as mulheres do Sul, o dever de salvá-las contra opressões culturais e religiosas tem justificado intervenções militares, e representam, na realidade, um momento islamofóbico.

Falta ouvir o que essas *outras* mulheres têm a dizer para desconstruir padrões coloniais, patriarcais e racistas que infantilizam a potencialidades dessas mulheres.

As mulheres do Sul questionam cada vez mais os modelos feministas ocidentais, de forma a surgirem diversas correntes, como o feminismo islâmico. Dentro deste, há também algumas discórdias, divergindo em três tendências com pontos de partida e compreensões diferentes:

- a. Tendência islâmica: defende que as mulheres tenham a plenitude de seus direitos garantidos no marco do Islã. Não é o Corão que introduz a discriminação das mulheres e sim uma reprodução errônea que resulta na estrutura patriarcal da maioria dos estados muçulmanos.
- b. Tendência laicista: busca a separação entre religião e sociedade e exigem que a Declaração dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos sejam também aplicados às mulheres.
- c. Tendência muçulmana: propõe uma releitura do Corão, pois acreditam que este concede mais liberdade às mulheres mas que a tradição islâmica acabou desvirtuando-o. É um movimento que permite o diálogo e abre novas possibilidades para a igualdade dos sexos (ESCODA, 2013, p. 21-22).

As mulheres da UNMS possuem uma postura híbrida, de forma a conciliar os Direitos Humanos com o Islã ou seja, elas buscam mais liberdade porém sem renunciar sua matriz religiosa. Sendo assim, dentre as três tendências colocadas acima, acredita-se que a UNMS siga em direção ao feminismo muçulmano (Ibid., p. 23).

Com exceção das críticas elaboradas por Harrell-Bond e Qasmiyeh referentes à uma suposta farsa da posição das mulheres na sociedade e como responsáveis pela organização dos campos de refugiados saharauis e que esconde casos de violência, as bibliografias apresentam uma percepção geral de grande relevância feminina para os saharauis, sendo sua responsabilidade pela família e autossustento essencial para que esse povo consiga conquistar seu território. Na próxima parte, será feito um apanhado do que foi apresentado quanto à posição das mulheres nos campos quenianos e argelinos de forma a analisar a influência dessas representações para as pessoas em situação de refúgio e como manutenção de um sistema de relações desiguais de poder e hierarquização racial e de gênero no sistema internacional.

3.3 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA IMAGEM DAS MULHERES NOS CAMPOS DE REFUGIADOS SAHARAUIS NA ARGÉLIA E OS CAMPOS NO QUÊNIA

Os campos de refugiados, segundo os trabalhos apresentados no capítulo, representam um espaço de vulnerabilidade à violência com base em gênero para mulheres, e que por vezes é intensificado devido à condição de refúgio e fuga da normalidade. Os Estados onde se localizam os campos são os responsáveis pela segurança dos refugiados, no entanto, ao abdicarem de sua manutenção, acabam por dar pouca atenção para as violações que ocorrem ali dentro, ficando então à cargo das organizações humanitárias buscar minimizar estes incidentes. Estas agências, todavia, apresentam grande dificuldade em lidar com violência com base em gênero, em parte pela imposição de meios exteriores aos costumes dos refugiados, e acabam por não ouvir as necessidades das próprias mulheres que são as submetidas às violações.

Com base nos estudos sobre a posição das mulheres dentro dos campos de refugiados, a vasta maioria trata da vulnerabilidade e intensificação da violência de gênero à qual as mulheres ficam submetidas, mas poucos retratam a agência delas e o seu papel na sociedade, situação que fica bastante evidente nos casos dos campos de refugiados no Quênia. Nesses campos, há poucas referências à grupos ou organizações de mulheres, sua luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida.

Os campos de refugiados saharauis representam então uma quebra dessa perspectiva e construção da imagem da mulher refugiada. Elas são as responsáveis por toda a organização dos campos e pela sobrevivência do povo saharai em exílio. As mulheres saharauis são tratadas como agentes e líderes, posição pouco comum, segundo os trabalhos apresentados, nos demais campos de refugiados. Elas representam, então, uma quebra da produção acadêmica ocidental sobre o *outro*, presente no Sul global, que reproduz, como no caso das refugiadas nos campos quenianos, a dicotomia bárbaro *versus* vítima passiva.

Snead (1990, p. 233) escreve que “os designados favorecidos do 'gênio universal' são retirados não de um país em particular, nem mesmo de um determinado poder colonial, mas de fato da 'nação' da própria Europa” (tradução própria), de forma a anunciar a superioridade do pensamento branco, da escrita branca e da cultura branca, como a amostra de autores que no primeiro momento foram selecionados para a produção deste trabalho, cuja grande maioria

é branca e europeia. O autor considera que há uma tentativa da narrativa branca universalizar a negra, com toda a sua singular herança de costumes e expressões nativas (SNEAD, 1990, p. 243), e acaba por silenciar toda escrita não ocidental e não branca.

I want to speak about that brutal *mask of speechlessness*.
This mask was a very concrete piece, a real instrument, which became a part of the
European colonial project for more than 300 years

Eu quero falar sobre a brutal máscara de silenciamento.
Esta máscara era uma peça concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto
colonial europeu por mais de 300 anos
(KILOMBA, 2010, p. 16)

No trecho acima, Kilomba aborda a histórica investida por parte europeia na busca por silenciar o *outro*, cria um subalterno como um sujeito oprimido que não pode falar devido à estrutura de opressão, e que até hoje o permite ser ouvido ou mesmo promove o espaço para sua articulação. Basta pesquisar nas ferramentas de busca na internet sobre o tema refugiado, que encontrar-se-a uma maioria de autores ocidentais. São poucos cujo local de fala é respeitado.

Ouvir significa autorizar a falar, e se o sujeito fala pressupõem-se que ele existe e deve ser ouvido, no entanto toda uma construção racista projeta uma ideologia na qual o que o *outro* produz não é científico, é imaturo, irracional, emocional. Cria-se uma dicotomia repleta de contradições que silenciam. Há o subjetivo e o objetivo, imparcial versus parcial, fatos contra opiniões. Essas diferenciações possuem uma dimensão de poder que mantém a hierarquia que assegura a supremacia branca e descredibiliza tudo o que é produzido fora dessa supremacia (Ibid, p. 20, 28).

A autora lembra, no entanto, que não existe discurso neutro, todos escrevem e falam a partir de vivências particulares, de um ponto de vista, uma experiência. Quando o branco se declara neutro, na realidade não o é, ele é dominante. Da mesma forma as mulheres são costumeiramente silenciadas, por exemplo com o uso exclusivo de termos masculinos para designar uma totalidade de pessoas, de forma a reduzir a existência de mulheres a uma ‘não-existência’ (Ibid., p. 31, 62).

A concepção étnica e cultural dos povos africanos são produzidos e reproduzidos por um olhar de fora pra dentro, o que leva a preconceitos e desacordos com a realidade e é

construído no imaginário ocidental em todos os cantos, museus, nas artes, ilustrações teóricas, teses, literatura... Falcão (2017, p. 81, 90) coloca que “coexistem mais de oitocentos grupos étnicos, com mais de mil línguas faladas em todo o território atual, e por isso apresenta vasta diversidade cultural, sendo dotados de organização social própria”, e o mesmo vale para os campos de refugiados, que estão presente em diferentes países e recebem uma grande variedade de diversos grupos, no entanto, são retratados da mesma maneira, um grupos: os refugiados. Espera-se, portanto, o mesmo comportamento de todos eles, como retratado dos debates acima apresentados sobre a violência de gênero nos campos. Todavia, o caso do Sahara é uma boa demonstração de como essa teorização está equivocada.

Há autores do Sul global que buscam o processo de descolonizar e desconstruir o binarismo que mantém as relações de poder. A partir de suas obras, buscam “questionar e apresentar caminhos para um processo de reencontro identitário do colonizado, [...] e propõem a quebra do posicionamento de superioridade do discurso intelectual europeu aos povos asiáticos, aos latinos e aos africanos”. Busca-se acabar com a marginalização da produção de conhecimento do *outro*, quebrar a crença de que o saber é proveniente do Ocidente (FALCÃO, 2017, p. 89, 91).

As pessoas em situação de refúgio só conseguirão garantir uma retratação justa daquilo que são e representam e do que podem fazer quando for possível se expressarem sem intermediadores e serem ouvidos. Não lhes serve a apropriação de sua fala, mesmo que um discurso de resistência, pois ele será de alguma forma equivocado. Este espaço ainda é pequeno, essas pessoas permanecem silenciadas e eximidas da fala e de serem ouvidas (Ibid., p. 92). Materiais que retratam sobre a vida em refúgio, sobre a vida das mulheres que se encaixam nessa categoria, não faltam. No entanto, os materiais de mais fácil acesso são majoritariamente escritos por europeus brancos. Falcão (2017, p. 92) argumenta que a produção de conhecimento de fora pra dentro, como é o caso aqui apresentado, corrobora para a perpetuação de estruturas de poder e dominação por meio de uma violência epistêmica, e impede a conquista da autorepresentação.

Para finalizar, faz-se referência à autora nigeriana Ngozi Chimamanda, a qual fala sobre o perigo de uma única história. Em seu TED, a escritora discorre sobre a elaboração de um discurso formulado por um lado e é tão disseminado, que passa a valer como verdade, a única verdade, já que o acesso à diferentes histórias e discursos é restrito, quando ao todo acessível. Se tudo o que as pessoas sabem sobre África ou refugiados é o que está nas

imagens populares, como pessoas incompreensíveis, lutando guerras sem sentido, incapazes de falar por si mesmas e esperando serem salvas por um bondoso homem estrangeiro, fica difícil questionar sua veracidade. Segundo ela “esta história única de África vem da literatura ocidental”, o que corrobora com a hipótese desta pesquisa, de que existe uma predominância ocidental branca na academia sobre o tema de refúgio, a qual dissemina estereótipos sobre o papel das mulheres nos campos de refugiados. O problema não é que eles são necessariamente mentiras, mas porque são incompletos, eles “fazem com que uma história se torne a única história”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo entender porque as mulheres são caracterizadas pela academia ocidental como passivas, submissas e vulneráveis à violência de gênero e qual o impacto disso para essa pessoa, que é colonizada, racializada e hierarquizada. Para introduzir este debate, foi abordada a problemática da formulação da imagem de refugiadas a partir de uma visão ocidental, questão essa já praticada à longa data e que representa uma forma de poder colonial, iniciado com a imposição dos homens brancos europeus no continente africano com o intuito de aumentar sua lucratividade.

Os campos de refugiados constituem uma alternativa para lidar com a questão do refúgio, tendo em vista os enormes fluxos de pessoas do Sul global, em específico do continente africano, como nos casos abordados nesta pesquisa, que estão fugindo de seus países devido à perseguições e altos índices de violência e que busca, refúgio em demais Estados.

Os campos são, portanto, áreas cedidas pelo país receptor para tentar alocar todas as pessoas que chegam em busca de abrigo. Para entender a forma como esses campos se organizam, faz-se necessário considerar o processo histórico no qual tamanhos conflitos em diversas regiões do continente africano eclodem causando esses fluxos de refugiados. Durante séculos o continente esteve sob domínio de potência européias, que exploravam seus recursos naturais e toda a população, além de colocar em prática um domínio também dos saberes, já que toda a educação por centenas de anos das populações que viviam sob controle europeu era promovida por um viés ocidental. Além disso, repercutiu-se e continua por repercutir um silenciamento dos povos do Sul, dos quais diminuem a importância de sua produção acadêmica. Como abordado ao longo do trabalho, constrói-se uma dualidade, entre o racional e irracional, aquilo que é objetivo e subjetivo, o que é produção científica e o que não, estando sempre o Sul na segunda categoria, portanto, aquilo que fala e escreve não é tão válido no meio acadêmico.

Durante as pesquisas bibliográficas para a elaboração desta pesquisa, ficou claro como essa relação ainda existe e de maneira bastante forte. Enquanto não foi feita uma pesquisa aprofundada, a partir de escritores decoloniais e pós coloniais, o que apareceu de mais fácil acesso e de forma mais amplamente disseminada foram produções ocidentais de pessoas brancas, todas elas escrevendo sobre o/a “outro/a”, uma realidade que não é a sua.

Escrevem, portanto, com suposta neutralidade mas a partir de uma posição dominante no sistema, e caracterizam esse/a “outro/a”, como foi possível observar nesta monografia, como bárbaro, violento e também passivo, incapaz de lidar com seus problemas.

A imagem das mulheres é passada como de vítima de constantes abusos e explorações, cujo papel na sociedade é pouco valorizado. Seu trabalho como responsável da casa e das crianças e idosos é retratado como marginalizado. Os próprios documentos oficiais e relatórios do ACNUR repercutem essa visão, além de fazerem pouca referência às diferentes vivências a partir do gênero, e colocam, inclusive, a questão das mulheres e crianças sempre de maneira conjunta, de forma a intensificar a infantilização das mulheres.

No caso do Quênia, a situação é assim retratada. Além do mais, a própria organização de seus campos é feita quase em sua totalidade por agências internacionais humanitárias, restringindo de forma profunda a agência das refugiadas, muitas vezes por considerá-las incapazes de lidar sozinhas com esses problemas. O caso saharai aparece como um modelo a ser seguido, onde retrata-se uma boa posição das mulheres na sociedade, já que foram elas as responsáveis pela criação e manutenção dos campos. Seu papel é grandemente valorizado e o fato de serem também as responsáveis pelo lar lhes concede um alto status social, já que sem elas não teria como seguirem com a criação de uma nação. Nesses campos a atuação das agências humanitárias é menor e a bibliografia produzida sobre esse caso é mais escassa.

Uma crítica que se faz é sobre a insistente interferência externa ainda presente nesse continente na busca por solucionar seus problemas. Recomenda-se que problemas locais sejam resolvidos localmente, já que são essas pessoas que possuem maior conhecimento e vivência para saber o que lhes fará melhor, sem precisar que façam em seu lugar. Há sim uma grande dívida ocidental quando à todos os países que passaram pela colonialização, já que a destruição foi enorme e os reflexos são sentidos ainda hoje, no entanto, a suposta maneira como o fazem atualmente se mostra na realidade como uma perpetuação dos moldes coloniais.

Um passo na direção de condições mais justas para que países como o Quênia e o Sahara Ocidental possam lidar com seus refugiados seria abrir espaço para que produções acadêmicas realizadas por aqueles que vivenciam essas situações sejam lidas, analisadas e levadas a sério. Somente quando se ouvir o que elas e eles têm a dizer é que será possível construir melhores soluções, no lugar de juntá-los em espaços isolados, com pouca

perspectiva e agência e de baixa mobilidade e considerá-los violentos, abusadores e incapazes de resolver os próprios problemas.

As mulheres são grandemente afetadas por esse sistema, mas pouco se fala sobre sua agência, com exceção do caso saharai. As mulheres vivenciam a situação de refúgio de maneira bastante diferente dos homens, portanto faz-se necessário abordar essa questão de maneira separada, e ainda mais necessário promover espaços para que elas escrevam e falem sobre aquilo que vivem e representam.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABDI, Maryam Hassan. **ASSESSMENT OF SEXUAL AND GENDER BASED VIOLENCE REPORTING PROCEDURES AMONG REFUGEES IN CAMPS IN DADAAB, KENYA**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Nairobi, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. TED Global, 2009. Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

AGIER, Michel. **Uma exceção redobrada. Espaços, tempo e atores do governo humanitário**. Tradução por Silvia Naidin. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais, PUC-Rio, RJ. 2012.

ARAUJO, Isabella Ataiades. **Refugiados e a luta pela autonomia: estratégias de subsistência no campo de Zaatari**. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ARBOLEDA, Eduardo; HOY, Ian. **The Convention Refugee Definition in the West: Disharmony of Interpretation and Application**. International Journal of Refugee Law, Volume 5, Issue 1, Oxford University Press, 1993.

AZEVEDO, Catarina Cabral. **DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NO CENÁRIO PÓS-GUERRA FRIA: Um Estudo de Caso da Somália – 1993 a 1995**. Faculdade Damas, V.3, N.4, 2012.

BAINES, Erin K. **A Practical Guide to Empowerment: UNHCR Good Practices on Gender Equality Mainstreaming**. UNHCR, 2001.

BARBOSA, Raul Felix; RODRIGUES, Viviane Mozine. **Refugiados, Responsabilidade e Governança**. Universidade Federal da Grande Dourados. Revista Videira, Dourado - MS, 2017.

BARNETT, Michael N.; FINNEMORE, Martha. **The Politics, Power, and Pathologies of International Organizations**. International Organization, Vol. 53, No. 4. The MIT Press, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **The making and Unmaking of Strangers**. In: Debating Cultural Hybridity: Multicultural Identities and the Politics of Anti-Racism. Zed Books, Londres - Inglaterra, 1997.

BENARD, Akeia A. F.. **Colonizing Black Female Bodies Within Patriarchal Capitalism**. *Sexualization, Media, & Society*, v. 2, n. 4, 2016.

BESSA, Thais. **From Political Instrument to Protection Tool? Resettlement of Refugees and North-South Relations**. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, v. 26, n. 1, p.91-100, 09 out. 2010. Biental.

BETTS, Alexander; OMATA, Naohiko; STRECK, Olivier. **Refugee Economies in Kenya**. University of Oxford, 2018.

BHABHA, Homi. **Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse**. The MIT Press, 2011.

_____. **THE LOCATION OF CULTURE**. Routledge - Nova York e Londres, 1994.

BLACK, Richard. **Putting Refugees in Camps**. *Forced Migration Review*, 1998.

BUCKLEY-ZISTEL, Susanne; KRAUSE, Ulrike. **Gender, Violence, Refugees**. *In: Journal of Refugee Studies*. Berghahn Books, 2017.

BUCKMAN, Alyson. **The Body as a Site of Colonization: Alice Walker's Possessing the Secret of Joy**. *The Journal Of American Culture*, v. 18, n. 2, p.89-94, jun. 2004.

BULHAN, Hussein A.. **Stages of Colonialism in Africa: From Occupation of Land to Occupation of Being**. *Journal Of Social And Political Psychology*, v. 3, n. 1, 2015. Leibniz-Institute for Psychology Information (ZPID).

CASTELA, Tiago. **O ESPAÇO-TEMPO DO REFÚGIO FORÇADO: OS ALDEAMENTOS COLONIAIS NA FORMAÇÃO DO ESTADO?** Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

CBC. **Dadaab refugees face sexual violence on camp journey**. CBC News, 2011. Disponível em: <<https://www.cbc.ca/news/world/dadaab-refugees-face-sexual-violence-on-camp-journey-1.1122570>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. **Mulheres Migrantes: senhoras de seus destinos?** Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

CHIMNI, B. S. **From resettlement to involuntary repatriation: towards a critical history of durable solutions to refugee problems**. Jawaharlal Nehru University, Nova Delhi, 1999.

CHKAM, Hakim. **Aid and the Perpetuation of Refugee Camps: The Case of Dadaab in Kenya 1991–2011**. Refugee Survey Quarterly, 2016.

CHOW, Rey. **Postmodern Automaton**. In: BUTLER, Judith; WALLACH, Joan. *Feminists Theorize the Political*. Nova York: Routledge, 1992. Cap. 6. p. 101-117.

COLLINS, Patricia Hill. **Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought**. *Social Problems*, v. 33, n. 6, 1986.

CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA (OUA) QUE REGE OS ASPECTOS ESPECÍFICOS DOS PROBLEMAS DOS REFUGIADOS EM ÁFRICA. 1969. Disponível em: <<http://refugiados.net/1cpr/www/legislacao/leis/asilo2/2couaapr.html#a1>>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

CONVENÇÃO DE 1951 RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

COOLEY, Alexander; RON, James. **The NGO Scramble, Organizational Insecurity and the Political Economy of Transnational Action**. *International Security*, vol. 27, nº 1. 2002.

CORREA, Rafaela. **A GUERRA CIVIL NA SOMÁLIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS**. XXIV Seminário de Iniciação Científica, Salão do Conhecimento UNIJUÍ - Rio Grande do Sul, 2016.

CRISP, Jeff. **A state of insecurity: The political economy of violence in refugee populated areas of Kenya**. UNHCR - Geneva, 1999.

CZAIKA, Mathias. **The Political Economy of Refugee Migration and Foreign Aid**. Palgrave Macmillan - UK, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Boitempo - São Paulo, 2016 [1981]. Tradução por: CANDIANI, Heci Regina.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. University of Minnesota Press - Londres, 1996.

_____; PROVINE, Doris Marie. **The Criminalization of Immigrants as a Racial Project**. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, vol 23, nº 3. SAGE, 2011.

DREVEN, Simon; POPRASK, Cvetka; RAMSAK, Rok. **The everyday reality of Sahrawi people: living in the exile.** Alliance of Liberals and Democrats for Europe, Ljubljana - Slovenia. 2016.

ESCODA, Esther Gutierrez. **Los campamentos de refugiados saharauis: Las mujeres de Tindouf.** Universitat Rovira i Virgili, Spain, 2013.

FALCÃO, Wanda Helena Mendes Muniz. **VOZ E PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA-SOLDADO SUL-SUDANESA NO COMITÊ DOS DIREITOS DA CRIANÇA DA ONU A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO INTERPRETATIVA DA CRIANÇA.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks.** Londres: Pluto Press, 2008. Tradução de Charles Lam Markmann.

FARRIER, David. **Postcolonial Asylum: Seeking Sanctuary Before the Law.** Liverpool University Press, 2011.

FIDDIAN-QASMIYEH, Elena. **Concealing Violence Against Women in the Sahrawi Refugee Camps: the Politicisation of Victimhood.** In. BRADBY, Hannah; HUNDT, Gillian Lewando. *Global Perspectives on War, Gender and Health, The Sociology and Anthropology of Suffering.* University of Warwick, Reino Unido, 2010.

FILHO, Pio Penna. **Guerra e fome na Somália.** Meridiano 47 vol. 12, n. 128, 2011.

FITZGERALD, Mary Anne. **Gender violence and kidnapping of women and children at Kakuma refugee camp.** Refugees International, 1999.

FOUCAULT, Michael. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: A VONTADE DE SABER.** Editions Gallimard, 13ª edição. Rio de Janeiro, 1999. Tradução por: ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon

FRATTINI, Eric. **ACNUR, El Rentable Negocio de los Refugiados.** In: ONU, *Historia de la corrupción.* Bubok Publishing S.L. - Espanha, 2009.

GARRIDO, Óscar Gutiérrez. **Assim nasce um campo de refugiados na África.** El País, Kakuma - Quênia, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/29/internacional/1464531515_124939.html>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

GATHII, James Thuo. **Imperialism, Colonialism, and International Law**. Buffalo Law Review, vol. 54, n°. 4, artigo 2, 2007.

_____. **International Law and Eurocentricity**. European Journal of International Law 9, 1998.

GONZALEZ, Lélia. **A DEMOCRACIA RACIAL: UMA MILITÂNCIA**. Entrevista concedida à: Revista Seaf. Acervo JG/Foto Januário Garcia, n° 38. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

GOOGLE EARTH MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

HARRELL-BOND, Barbara. **Can Humanitarian Work with Refugees be Humane**. The Johns Hopkins University Press, 2002.

_____. **Imposing Aid: Emergency Assistance to Refugees**. Oxford University Press, New York - US, 1986.

_____; VOUTIRA, Eftihia; MARK, Leopold. **Counting the Refugees: Gifts, givers, patrons, clients**. Journal of Refugee Studies, vol. 5, No 3/4. Oxford University, 1992.

_____. VOUTIRA, Eftihia. **In Search of the Locus of Trust: the social world of the refugee camp**. In: Mis-trusting Refugee Narratives, S. Daniel & J. Knusden (eds.). Berkeley University Press, 1995.

HORN, Rebecca. **Responses to intimate partner violence in Kakuma refugee camp: Refugee interactions with agency systems**. Social science & medicine, 2010.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. Plataforma Gueto, 2014.

HUMANS RIGHT WATCH. **Off the Radar: Human Rights in the Tindouf Refugee Camps**. 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2014/10/18/radar/human-rights-tindouf-refugee-camps>>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

HYDER, Adnan A.; NOOR, Zarin; TSUI, Emma. **Intimate partner violence among Afghan women living in refugee camps in Pakistan**. Social science & medicine, 2007.

GILES, Wenona; HYDMAN, Hyndman. **Sites of Violence: Gender and Conflict Zones**. University of California Press, Inglaterra, 2004.

JAMES, Winston. **Migration, Racism and Identity: The Caribbean Experience in Britain.** Verso, 1993.

JUBILUT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Org.). **Migrantes Forçad@s: Conceitos e Contextos.** Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados: e a sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** São Paulo: Editora Método, 2007.

KAMAU, Christine; FOX, John. **The Dadaab Dilemma: A Study on Livelihood Activities and Opportunities for Dadaab Refugees.** Intermediaries in Development, 2013.

KANDIYOTI, Deniz. **Political Fiction Meets Gender Myth: Post-conflict Reconstruction, “Democratisation” and Women’s Rights.** IDS Bulletin, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano.** Cobogó, 2010. Tradução: Jess Oliveira.

KNEEBONE, Susan. **Women Within the Refugee Construct: ‘Exclusionary Inclusion’ in Policy and Practice - the Australian Experience.** Oxford University Press, 2005.

LUIS, Alexandra Alves et al . **Mulheres refugiadas em trânsito entre discriminações múltiplas: Uma síntese das vozes.** Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, Lisboa , n. 37, p. 127-132, jun. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852017000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 2 de agosto de 2019.

MAHMUD, Tayyab. **Colonialism and Modern Constructions of Race: A Preliminary Inquiry.** University of Miami Law Review, Vol. 53, p. 1219, 1999. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.seattleu.edu/faculty/501>>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

MARTÍN-LUCAS, Belén. **‘Mum Is the Word’ Gender Violence, Displacement and the Refugee Camp in Yasmin Ladha’s Documentary-Fiction.** In. GUNNE, *Sorcha*; THOMPSON, *Zoe Brigley*. **Feminism, Literature and Rape Narratives.** Série: Routledge Research in Postcolonial Literatures, livro 27. Routledge, 2009.

MARTÍN, Rocío Medina. **Construcción de Identidades de Género y Construcción de Identidades Feministas en las Mujeres Saharauis en los Campamentos de Refugiados/as en Tindouf (Argelia): una Lectura Desde el Feminismo Poscolonial.** Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, p.890-905, 2014.

_____. **Mujeres saharauis, colonialidad del género y nacionalismos: Un acercamiento a partir de los feminismos decoloniales.** Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

MEMMI, Albert. **The Colonizer and the Colonized.** Boston: Beacon Press, 1991.

MORAIS, Rafaela Julich. **DESCONSTRUINDO VULNERABILIDADES: A resistência de mulheres congolezas migrantes em face às desigualdades interseccionais da sociedade brasileira.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, 2019.

MUDIMBE, Valentin-yves. **The Invention of Africa.** Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MÜLLER, Pascale; POLAT, Yasmin; SUKHARCHUCK, Daria. **Women refugees at risk of sexual assault in Berlin shelters.** The New Humanitarian, Berlin, 2017. Disponível em: <<https://www.thenewhumanitarian.org/investigations/2017/05/10/women-refugees-risk-sexual-assault-berlin-shelters>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

NGUNJIRI, Philip. **Kenya: rival groups turn refugee camps into battleground.** Inter Press Service, New Agency - Quênia, 1999. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/1999/02/kenya-rival-groups-turn-refugee-camps-into-battle-ground/>>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism, the Last Stage of Imperialism.** London: Thomas Nelson & Sons, 1965.

NOGUEIRA, S. G. **Ideology of white racial supremacy: colonization and de-colonization processes.** Psicologia & Sociedade, 2013.

OCHENI, Stephen; NWANKWON, Basil C. **Analysis of Colonialism and Its Impact in Africa.** Cross-cultural Communication, v. 8, n. 3, 2012.

ODHIAMBO-ABUYA, Edwin. **A Critical Analysis of Liberalism and Postcolonial theory in the Context of Refugee Protection.** King's Law Journal, 2015.

_____. **Past Reflections, Future Insights: African Asylum Law and Policy in Historical Perspective.** International Journal of Refugee Law, Vol. 19, Issue 1. Oxford University Press, 2007.

_____. **United Nations High Commissioner for Refugees and status determination Imtaxaan in Kenya: an empirical survey.** Journal of African Law, Vol. 48, No. 2. School of Oriental and African Studies - Reino Unido, 2004.

OSLEN, Odd Einar; SCHARFFSCHER, Kristin S. **Rape in refugee camps as organisational failures.** The International Journal of Human Rights, 2004, 8:4, 377-397.

OXFAM. **40 Años de Exilio: Los Refugiados saharauis, ¿abandonados por la comunidad internacional?.** Informe Temático de Oxfam, 2015.

O'CALLAGHAN, Sorcha; STURGE, Georgina. **Against the odds: refugee integration in Kenya.** HPG Working Paper. Overseas Development Institute - Londres, 2018.

PETEET, Julie. **Aid and the Construction of the Refugee.** In: Landscape of Hope and Despair: Palestinian Refugee Camps. University of Pennsylvania Press - EUA, 2005.

_____. **Landscape of Hope and Despair.** In: Landscape of Hope and Despair: Palestinian Refugee Camps. University of Pennsylvania Press - EUA, 2005.

PIMENTEL, Clara Alencar Villaça. **A diáspora africana e suas implicações na figura da mulher negra na sociedade atual.** Darandina, Juiz de Fora, v. 12, p. 1-10, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2NkGIHo>>. Acesso em: 26 de novembro 2019.

PUGGIONI, Raffaella. **Resisting sovereign power: camps inbetween exception and dissent.** In Huysmans J, Dobson And Prokhovnik Reds, The politics of protection: sites of insecurity and political agency Routledge. Oxford, 2006.

QASMIYEH, Elena Fiddian. **“Ideal Refugee Woman and Gender Equality Mainstreaming in the Saharawi Refugee Camps: “Good Practice” for Whom?.** Refugee Survey Quarterly, Vol. 29, No. 2. UNHCR, 2010.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: Lander, E. (org.). A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINTANA, María Marta; DILLING, Ana Carolina. **Sujeto/s de la Nación, sujeto/s de la/s frontera/s: tensiones globales en perspectiva poscolonial.** Identidades, 2013.

RAJARAM, Prem Kumar. **Humanitarianism and Representations of the Refugee.** Journal Of Refugees Studies. Oxford, 2002.

RAMADAN, Adam. **Spatialising the refugee camp.** Institute of British Geographers. Transaction: New series, 2012.

RESCUE. **Kenya: women and girls forced to engage in sex to survive near-famine.** International Rescue Committee, 2017. Disponível em: <<https://www.rescue.org/press-release/kenya-women-and-girls-forced-engage-sex-survive-near-famine>>. Acesso em 03 de novembro de 2019.

RITCHIE, Genevieve. **Civil society, the state, and private sponsorship: the political economy of refugee resettlement.** International Journal of Lifelong Education, Toronto - Canada, 2018.

RUN, Peter. **Out of place?** An auto-ethnography of refuge and postcolonial exile. African Identities, vol. 10, Issue 4. Routledge, Abingdon - Reino Unido, 2012.

RUTINWA, Bonaventure. **The End of Asylum?** The Changing Nature of Refugee Policies in Africa. Oxford, Reino Unido, 1999.

SAID, Edward W. **Representing the Colonized: Anthropology's Interlocutors.** Critical Inquiry - Chicago, 1989.

_____. **Orientalismo.** 6 ed. Londres: Penguin Books, 2003.

SILVA, Daniela Florêncio da. **VIVER “ENTRE-LUGARES” E A TRANSTERRITORIALIDADE NO CAMPO DE REFUGIADOS DE DADAAB (QUÊNIA).** Revista de Geografia, vol 35, nº. 1. Universidade Federal de Pernambuco - Recife, 2018.

SILVA, Karine de Souza; BOFF, Ricardo Bruno. **Nós, Os Povos das Nações Unidas: Do eurocentrismo excludente à pluriversalidade da ONU.** In: SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção (Org.). Brasil e o Sistema das Nações Unidas: Desafios e oportunidades na governança global. Brasília: Ipea, 2017. Cap. 3. p. 59-88.

SNEAD, James. **European pedigrees/African contagions:** nationality, narrative, and communality in Tutuola, Achebe, and Reed. In: Nation and Narration. Routledge - Nova York e Londres, 1990.

SOUZA, Beatriz de Barros. **Proteção dos direitos das mulheres em campos de refugiados: um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado, USP - São Paulo, 2017.

TAVARES, Mariana de Almeida. **FILHAS DAS NUUVENS: Resistências femininas e representação política no Saara Ocidental.** Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TURSHEN, Meredith. **The Political Economy of Rape: An Analysis of Systematic Rape and Sexual Abuse of Women During Armed Conflict in Africa.** *In:* MOSER, V.; CLARKE, F. Victors, Perpetrators or Actors: Gender, Armed Conflict and Political Violence. London: Zed Books, 2001, 55-68.

UNHCR. **Protection of Refugees in Mass Influx Situations: Overall Protection Framework.** Global Consultations: Protection of Refugees in Situations of Mass Influx, 8–9 de março de 2001.

_____. **Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees.** Genebra, 2019.

_____. **UNHCR Policy on Alternatives to Camps.** 2014

_____. **UNHCR Dadaab Operation: Sexual and Gender Based Violence Dashboard.** Sub Office Dadaab SGBV Update, 2015. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/en/documents/download/32124>>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

_____. **Evaluation of the Dadaab firewood project, Kenya.** Evaluation and Policy Analysis Unit, Montreal- Canada, 2001.

_____; Save the Children-UK. **Sexual Violence & Exploitation: The Experience of Refugee Children in Guinea, Liberia and Sierra Leone.** 2002.

UNHCR. **KAKUMA CAMP & KALOBEYEI SETTLEMENT: Visitors Guide.** Nairobi - Quênia.

_____. **Sahrawi Refugees in Tindouf, Algeria: Total In-Camp Population.** 2018.

WERBNER, Pnina. **Essentialising Essentialism, Essentialising Silence: Ambivalence and Multiplicity in the Constructions of Racism and Ethnicity.** *In:* Debating Cultural Hybridity: Multicultural Identities and the Politics of Anti-Racism. Zed Books, Londres - Inglaterra, 1997.

WHAT WORKS. **Violence, uncertainty, and resilience among refugee women and community workers:** An evaluation of gender-based violence case management services in the Dadaab refugee camps. Quênia, 2018.

ZETTER, Roger. **Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity.** Journal of Refugees Studies, vol 4. n°. 1. Oxford University Press, 1991.

ANEXO 01: Tabelas com as estatísticas populacionais oficiais do UNHCR sobre os campos de Dadaab

UNHCR Dadaab - Kenya
HS, F, M, Camp Population by CoC, Sex, Age Group, (F/M) Sex Ratio and (F/M) Ratio

Camp Population Statistics
by Country of Origin, Sex and Age Group

CoC	0 - 4		5 - 11		12 - 17		18 - 59		60+		Grand Total		Total	%							
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M									
Camp Dadaab																					
BDI	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	(0.0%)							
ERI	2	4	1	2	3	1	4	16	24	40	0	22	34	(0.0%)							
ETH	371	362	733	554	344	401	745	1,074	2,341	86	83	2,629	2,718	(4.2%)							
SOM	10,018	10,181	20,199	16,257	33,391	7,438	8,387	19,804	44,498	19,975	4,064	60,486	57,481	(95.7%)							
SUD	7	4	11	7	14	10	5	15	15	31	0	39	22	(0.1%)							
UGA	2	0	2	0	1	0	0	1	0	1	0	3	1	(0.0%)							
Total	10,401	10,550	20,951	16,819	34,568	7,795	8,794	16,589	21,111	46,911	2,175	62,990	60,262	123,252							
	49.6%	50.4%		48.7%	51.3%	47.0%	53.0%	55.0%	45.0%	51.4%	48.6%	51.1%	48.9%								
Camp Hagadera																					
ETH	261	511	314	243	657	205	277	482	1,060	1,922	66	1,697	1,981	3,678	(2.7%)						
RWA	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	(0.0%)						
SOM	10,334	10,996	21,330	15,244	31,866	8,210	9,953	18,163	30,341	28,279	2,478	66,985	67,875	134,860	(97.3%)						
SUD	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	1	2	(0.0%)						
TAN	0	0	0	2	1	3	0	0	1	0	0	3	1	4	(0.0%)						
UGA	1	0	1	0	0	0	0	3	3	0	0	1	3	4	(0.0%)						
Total	10,585	11,257	21,842	15,938	32,526	8,415	10,230	18,645	31,205	29,344	2,443	69,867	69,862	138,549							
	48.5%	51.5%		49.0%	51.0%	45.1%	54.9%	51.5%	48.5%	51.0%	49.0%	49.6%	50.4%								
Camp Ifo																					
BDI	2	3	5	8	7	15	11	19	29	48	0	40	47	87	(0.1%)						
COD	11	7	18	4	5	9	4	18	39	57	0	37	51	88	(0.1%)						
ERI	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5	0	2	3	5	(0.0%)						
ETH	599	643	1,242	822	903	1,725	478	627	1,105	1,925	2,484	4,409	4,772	8,725	(7.4%)						
RWA	2	0	2	1	0	1	1	1	3	11	14	6	12	18	(0.0%)						
SEY	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	(0.0%)						
SOM	8,352	8,388	16,740	12,811	13,391	26,202	6,540	7,492	14,032	24,128	21,983	46,111	21,137	2,049	4,186	53,968	53,303	34,574	107,271	(91.5%)	
SUD	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	1	3	3	3	(0.0%)
TAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(0.0%)
UGA	9	4	13	5	6	11	3	8	22	30	0	25	33	25	58	13	13	25	58	(0.0%)	
ZIM	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	(0.0%)
Total	9,043	9,117	18,160	13,748	14,418	28,166	7,097	8,205	15,303	26,273	24,963	51,136	2,271	2,166	4,437	58,432	58,770	38,451	117,202		
	49.8%	50.2%		48.8%	51.2%	46.4%	53.6%	51.4%	48.6%	51.2%	48.8%	49.9%	50.1%								

CoO	0 - 4		5 - 11		12 - 17		18 - 59		60+		Grand Total		Total	%						
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M								
Camp Ifo 2 East																				
ETH	15	15	30	27	20	47	10	15	25	31	31	62	3	1	4	86	82	36	168	(0.5%)
SOM	3,087	3,179	6,266	4,892	5,179	9,871	1,568	2,036	3,604	5,606	4,097	9,703	507	479	986	15,460	14,970	7,401	30,430	(95.5%)
Total	3,102	3,194	6,296	4,719	5,199	9,918	1,578	2,051	3,629	5,637	4,128	9,765	510	480	990	15,546	15,052	7,437	30,598	
	49.3%	50.7%	47.6%	52.4%	43.5%	56.5%	57.7%	42.3%	51.5%	48.5%	50.8%	49.2%								
Camp Ifo 2 West																				
ETH	49	38	87	64	56	120	32	33	65	119	84	203	7	4	11	271	215	135	486	(1.2%)
SOM	4,115	4,432	8,547	6,124	6,771	12,895	1,903	2,581	4,564	7,881	6,285	14,166	743	698	1,441	20,646	20,767	11,091	41,613	(96.8%)
SUD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	(0.0%)
Total	4,164	4,470	8,634	6,188	6,827	13,015	2,015	2,614	4,629	8,000	6,370	14,370	750	702	1,452	21,117	20,983	11,227	42,100	
	48.2%	51.8%	47.5%	52.5%	43.5%	56.5%	55.7%	44.3%	51.7%	48.3%	50.2%	49.8%								
Camp Kamblouis																				
ETH	2	5	7	5	6	11	7	2	9	10	8	18	1	1	2	25	22	14	47	(0.4%)
SOM	1,298	1,369	2,667	2,057	2,412	4,469	684	907	1,591	2,250	1,659	3,949	206	152	358	6,535	6,499	2,728	13,034	(95.6%)
Total	1,300	1,374	2,674	2,062	2,418	4,480	691	909	1,600	2,300	1,667	3,967	207	153	360	6,560	6,521	2,742	13,081	
	48.8%	51.4%	46.0%	54.0%	43.2%	56.8%	58.0%	42.0%	57.5%	42.5%	50.1%	49.9%								
Summary for all Camps																				
BDI	3	4	7	8	7	15	11	8	19	19	29	48	0	0	0	41	48	34	89	(0.0%)
COD	11	7	18	4	5	9	4	0	4	18	39	57	0	0	0	37	51	47	88	(0.0%)
ERT	2	2	4	1	2	3	3	1	4	18	27	45	0	0	0	24	32	39	56	(0.0%)
ETH	1,286	1,324	2,610	1,786	1,933	3,719	1,076	1,355	2,431	4,021	4,934	8,955	292	244	536	8,461	9,790	6,872	18,251	(3.9%)
RWA	2	0	2	1	0	1	0	1	1	3	12	15	0	0	0	6	13	11	19	(0.0%)
SEY	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	(0.0%)
SOM	37,204	38,545	75,749	57,563	61,131	118,694	26,423	31,356	57,779	94,940	82,107	177,047	8,160	7,756	15,916	224,200	220,095	132,452	445,185	(95.8%)
SSD	0	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	1	1	3	(0.0%)
SUD	75	71	146	101	110	211	70	82	152	184	307	491	5	1	6	435	571	360	1,006	(0.2%)
TAN	0	4	4	4	4	8	1	1	2	2	1	3	0	0	0	7	10	3	17	(0.0%)
UGA	12	4	16	5	7	12	3	0	3	9	25	34	0	1	1	29	37	28	66	(0.0%)
ZIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	(0.0%)
Grand Total	38,595	39,862	78,557	59,474	63,199	122,673	27,591	32,804	60,395	99,215	87,483	186,698	8,457	8,002	16,459	233,332	231,450	139,849	464,782	
	49.1%	50.9%	46.5%	51.5%	45.7%	54.3%	53.1%	46.9%	51.4%	48.6%	50.2%	49.8%								

ANEXO 02: Tabela com as Estatísticas Populacionais Oficiais do UNHCR Sobre os Campos de Kakuma

UNHCR
The UN Refugee Agency

Camp Population Statistics
by Country of Origin, Sex and Age Group

UNHCR SO Kakuma
REG. Camp Population by CoO, Sex, Age Group (Total)
31st March, 2012, 15:41 - 3:11:26

CoO	0 - 4		5 - 11		12 - 17		18 - 59		60+		Grand Total		Unk.	Total	%					
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M								
BDI	226	215	441	229	236	465	113	152	265	511	1,010	1,521	13	4	17	1,092	1,617	0	2,709	(2.8%)
COB	1	1	2	4	3	7	3	3	6	4	9	13	0	0	0	12	16	0	28	(0.0%)
COD	545	546	1,091	605	629	1,234	325	392	717	992	1,418	2,410	19	7	26	2,406	2,992	0	5,478	(5.7%)
ERT	1	3	4	4	4	8	1	5	6	21	69	90	0	0	0	27	81	0	108	(0.1%)
ETH	367	449	816	427	464	891	286	436	722	1,250	2,105	3,355	22	21	43	2,352	3,475	0	5,827	(6.0%)
IGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	2	0	2	(0.0%)
IRN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	(0.0%)
RWA	41	40	81	35	46	81	38	30	68	105	139	244	3	4	7	222	259	0	481	(0.5%)
SOM	3,792	3,820	7,612	4,948	5,376	10,324	3,086	3,775	6,861	10,759	10,564	21,323	459	306	765	23,044	23,841	0	46,885	(48.6%)
SSD	2,235	2,427	4,662	3,345	4,232	7,577	2,477	3,943	6,420	5,696	5,229	10,915	296	90	386	14,039	15,921	0	29,960	(31.1%)
SUD	160	204	364	242	373	615	211	615	826	460	2,062	2,522	7	5	12	1,080	3,259	0	4,339	(4.5%)
TAN	1	2	3	1	3	4	2	2	4	2	4	6	0	1	1	6	12	0	18	(0.0%)
UGA	47	45	92	57	68	125	61	51	112	142	166	308	4	6	10	311	336	0	647	(0.7%)
Grand Total	7,416	7,752	15,168	9,897	11,434	21,331	6,603	9,404	16,007	19,932	22,778	42,710	823	444	1,267	44,671	51,812	0	96,483	
Total	48.9%	51.1%		46.4%	53.6%		41.3%	58.7%		46.7%	53.3%		65.0%	35.0%		46.3%	53.7%			